



Demonstrações Contábeis Consolidadas Intermediárias BrGaap

CAIXA

31 de março de 2016

ÍNDICE GERAL

	Página
Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	08
Relatório dos Auditores Independentes	108

Balço Patrimonial Consolidado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
CIRCULANTE	625.828.893	593.580.550	507.308.050
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	10.917.192	11.510.594	13.019.618
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	190.250.938	153.488.590	105.677.177
Aplicações no mercado aberto	178.894.538	143.111.942	98.874.242
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.356.400	10.376.868	6.802.997
Provisões para perdas		(220)	(62)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	130.939.821	131.584.306	124.521.720
Carteira própria - livre	78.599.158	58.252.803	68.902.250
Vinculados a compromissos de recompra	43.314.049	61.308.900	46.932.574
Instrumentos financeiros derivativos	286.163	745.707	740.353
Vinculados ao Banco Central	848		1.073
Vinculados a prestação de garantias	4.463.769	11.276.896	7.945.470
Carteira de livre movimentação	4.275.834		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	108.883.934	106.684.916	98.747.528
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.075.406	19.846	1.216.316
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	106.945.837	106.116.550	96.653.846
Correspondentes	862.691	548.520	877.366
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	33.425	479.552	74.781
Recursos em trânsito de terceiros	350	687	247
Transferências internas de recursos	33.075	478.865	74.534
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	145.331.715	144.504.493	132.534.387
Setor público	9.019.161	8.772.424	4.601.399
Setor privado	156.205.579	155.052.519	142.238.649
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	746.778	764.730	725.285
Provisão para operações de créditos	(20.639.803)	(20.085.180)	(15.030.946)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	36.451.883	42.751.379	31.004.533
Créditos por avais e fianças honrados	34.566	30.749	32.033
Carteira de câmbio	5.195.703	5.473.711	3.352.107
Rendas a receber	3.410.716	2.833.916	3.437.641
Negociação e intermediação de valores	288.259	48.313	1.126
Créditos específicos	818.039	836.716	760.186
Diversos	27.120.483	33.912.228	23.734.539
Provisão para outros créditos	(415.883)	(384.254)	(313.099)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	3.019.985	2.576.720	1.728.306
Outros valores e bens	3.080.265	2.689.411	1.706.270
Provisões para perdas	(137.858)	(133.958)	(93.048)
Despesas antecipadas	77.578	21.267	115.084
NÃO CIRCULANTE	615.725.250	609.700.290	571.119.741
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	49.350.557	50.393.554	49.643.492
Carteira própria - livre	3.231.370	10.151.228	7.537.864
Vinculados a compromissos de recompra	44.018.689	36.843.514	39.997.504
Instrumentos financeiros derivativos	2.097.700	3.395.414	2.099.172
Vinculados ao Banco Central		820	
Vinculados a prestação de garantias	2.798	2.578	8.952
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	26.837.351	26.162.028	25.860.010
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	26.837.351	26.162.028	25.860.010
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	492.915.852	489.367.963	456.590.854
Setor público	45.834.571	44.216.680	44.831.973
Setor privado	456.256.614	453.946.351	420.358.291
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	4.450.771	4.596.632	4.428.316
Provisão para operações de créditos	(13.626.104)	(13.391.700)	(13.027.726)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	34.814.645	31.774.297	27.823.068
Diversos	34.836.453	31.794.014	27.847.923
Provisão para outros créditos	(21.808)	(19.717)	(24.855)
PERMANENTE	11.806.845	12.002.448	11.202.317
INVESTIMENTOS (Nota 11)	4.723.133	4.890.146	4.292.067
Participações em coligadas e controladas:	4.355.737	4.544.514	3.983.097
No país	4.355.483	4.544.276	3.982.486
No exterior	254	238	611
Outros investimentos	703.962	701.529	511.553
Provisão para perdas	(336.566)	(355.897)	(202.583)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	3.790.749	3.864.762	3.777.820
Imóveis de uso	1.626.599	1.590.668	1.312.394
Reavaliações de imóveis de uso	712.592	715.978	731.593
Outras imobilizações de uso	7.403.343	7.295.520	6.846.655
Depreciações acumuladas	(5.951.785)	(5.737.404)	(5.112.822)
INTANGÍVEL (Nota 13)	3.292.963	3.247.540	3.132.430
Ativos intangíveis	4.816.531	4.650.554	4.348.259
Amortizações acumuladas	(1.523.568)	(1.403.014)	(1.215.829)
T O T A L	1.241.554.143	1.203.280.840	1.078.427.791

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

Balanço Patrimonial Consolidado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/03/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))	31/03/2015 (Nota 3 (t))
CIRCULANTE	745.777.400	710.435.903	613.093.471
DEPÓSITOS (Nota 14)	357.575.907	367.127.623	341.589.258
Depósitos à vista	25.960.791	27.414.590	25.813.088
Depósitos de poupança	238.407.815	241.362.624	233.150.487
Depósitos interfinanceiros	1.257.484	2.053.259	1.882.403
Depósitos a prazo	81.693.495	81.757.139	70.064.952
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.256.269	14.540.011	10.678.328
Outros depósitos	53		
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	228.388.499	186.597.458	154.629.570
Carteira própria	72.475.125	87.121.336	77.847.271
Carteira de terceiros	155.913.374	99.476.122	76.782.299
RECURSOS DE ACBITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	94.273.349	91.697.612	55.489.891
Recursos de letras imb., hipotec., de crédito e similares	93.965.705	91.498.789	55.238.450
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	307.644	198.823	251.441
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.720.865	378.120	1.825.655
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1.711.082	360.696	1.815.828
Correspondentes	9.783	17.424	9.827
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	796.791	1.598.196	830.686
Recursos em trânsito de terceiros	746.091	1.597.614	773.846
Transferências internas de recursos	50.700	582	56.840
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	5.951.776	7.435.182	7.386.817
Empréstimos no exterior	5.951.776	7.435.182	7.386.817
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	1.382.553	1.348.518	1.586.508
TESOURO NACIONAL - PIS	275.811	310.418	333.744
BNDES	964.171	872.763	734.083
FGTS	140.568	163.305	516.565
Outras	2.003	2.032	2.116
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	260.084	157.782	46.069
Instrumentos financeiros derivativos	260.084	157.782	46.069
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	55.427.576	54.095.412	49.709.017
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.420.729	353.726	1.370.928
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	267.932	104.235	305.389
Sociais e estatutárias	715.100	2.933.544	584.890
Fiscais e previdenciárias	1.562.903	3.105.411	2.433.719
Negociação e intermediação de valores	4.202	3.073	136.172
Recursos para destinação específica:	11.719.106	12.222.859	8.925.914
Obrigações de operações com loterias	697.104	1.407.542	776.891
Obrigações por fundos e programas sociais	9.137.433	9.305.546	7.470.725
Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	1.884.569	1.509.771	678.298
Instrumentos híbridos de capital e dívida	2.062.912	1.369.114	2.471.771
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	879.937	875.430	851.580
Diversas	36.794.755	33.128.020	32.628.654
NÃO CIRCULANTE	432.822.028	430.141.494	402.995.851
DEPÓSITOS (Nota 14)	92.724.423	87.534.510	78.840.271
Depósitos interfinanceiros	321.982	373.368	471.785
Depósitos a prazo	92.402.441	87.161.142	78.368.486
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	15.910.016	7.663.763	7.052.419
Carteira própria	12.211.728	7.663.763	7.052.419
Carteira de livre movimentação	3.698.288		
RECURSOS DE ACBITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	70.762.334	77.692.747	98.098.700
Recursos de letras imb., hipotec., de crédito e similares	56.457.410	62.188.626	85.176.463
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	14.304.924	15.504.121	12.922.237
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	1.399.657	6.902.375	1.958.119
Empréstimos no exterior	1.399.657	6.902.375	1.958.119
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	212.292.021	206.333.649	181.473.415
TESOURO NACIONAL - PIS	317.826	367.746	355.953
BNDES	31.070.020	31.505.048	30.081.529
FGTS	178.431.241	172.046.779	148.738.767
Outras	2.472.934	2.414.076	2.297.166
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 17)	56.447	59.184	
Repasses do exterior	56.447	59.184	
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	39.677.130	43.955.266	35.572.927
Fiscais e previdenciárias	125.187	127.238	139.646
Instrumentos híbridos de capital e dívida	171.966	430.152	
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	23.151.696	23.243.491	19.599.794
Diversas	16.228.281	20.154.385	15.833.487
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	62.954.715	62.703.443	62.338.469
Capital social:	22.054.802	22.054.802	22.054.802
Capital de domiciliados no país	35.000.000	35.000.000	35.000.000
Capital a realizar	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)
Instrumento elegível ao capital principal	36.086.566	36.086.566	35.867.958
Reservas de capital			167
Reserva de reavaliação	395.306	400.384	398.783
Reservas de lucros	9.213.994	9.269.290	5.829.745
Ajuste de avaliação patrimonial	(4.768.274)	(5.107.599)	(2.595.198)
Lucros acumulados	(27.679)		782.212
T O T A L	1.241.554.143	1.203.280.840	1.078.427.791

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

Demonstração Consolidada do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	2016		2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre Nota 3 (t)	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	35.877.785	37.507.364	34.898.754	
Operações de crédito (Nota 8 (e))	22.495.382	22.724.561	19.585.102	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	15.083.928	10.922.952	8.994.847	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (j))	(4.923.907)	589.697	2.390.090	
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))			1.476.813	
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	3.207.435	3.252.569	2.433.552	
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	14.947	17.585	18.350	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	(30.174.202)	(31.296.791)	(29.551.078)	
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b); 16 (b) e 16 (d))	(20.717.981)	(21.490.098)	(19.608.484)	
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (d))	(2.863.491)	(4.399.824)	(4.768.542)	
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	(735.967)	(438.773)		
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(2.048.171)	(1.017.300)	(146.597)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (i))	(3.808.592)	(3.950.796)	(5.027.455)	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.703.583	6.210.573	5.347.676	
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(5.318.322)	(6.513.408)	(4.542.104)	
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	4.134.891	4.429.528	3.932.037	
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	1.157.813	1.143.599	954.074	
Despesas de pessoal (Nota 24)	(5.020.169)	(5.463.021)	(4.943.451)	
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(2.879.020)	(2.963.529)	(2.718.870)	
Despesas tributárias (Nota 29)	(932.959)	(980.547)	(806.557)	
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	152.973	170.592	164.883	
Outras receitas operacionais (Nota 26)	2.006.525	2.020.444	2.474.048	
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(3.938.376)	(4.870.474)	(3.598.268)	
RESULTADO OPERACIONAL	385.261	(302.835)	805.572	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	(62.963)	(181.101)	(122.337)	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	322.298	(483.936)	683.235	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (a))	654.716	1.538.659	1.055.694	
Tributos correntes	(475.346)	838.893	(529.686)	
Ativo fiscal diferido	(256.289)	544.276	1.588.431	
Passivo fiscal diferido	1.386.351	155.490	(3.051)	
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(139.227)	(418.636)	(190.666)	
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	837.787	636.087	1.548.263	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	22.054.802	35.867.958	167	408.392	2.325.326	4.547.771	(3.113.693)		62.090.723
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							518.495		518.495
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(3.882)	(3.882)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(9.609)				9.609	
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS						(1.043.352)			(1.043.352)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								1.548.263	1.548.263
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Juros sobre o capital próprio propostos								(397.770)	(397.770)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(374.008)	(374.008)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015	22.054.802	35.867.958	167	398.783	2.325.326	3.504.419	(2.595.198)	782.212	62.338.469

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	22.054.802	36.086.566		400.384	2.617.409	6.651.881	(5.107.599)		62.703.443
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							339.325		339.325
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				2.050				(2.263)	2.050
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(2.263)	(2.263)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(7.128)				7.128	
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS						(55.296)			(55.296)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								837.786	837.786
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Juros sobre o capital próprio propostos								(587.337)	(587.337)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(282.993)	(282.993)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016	22.054.802	36.086.566		395.306	2.617.409	6.596.585	(4.768.274)	(27.679)	62.954.715

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	7.606.652	5.921.050	5.983.991
Lucro Líquido	837.787	636.087	1.548.263
Ajustes ao Lucro Líquido:	6.768.865	5.284.963	4.435.728
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/Passivos)	2.290.168	574.960	(370.794)
(Ganho)/Perda em Investimentos	319.986	57.595	61.266
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	(3.862)		(681)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	(15.263)	(55.309)	757
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.808.592	3.950.796	5.027.455
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	545.510	480.791	369.318
Depreciações e Amortizações	443.599	428.742	379.068
Impostos Diferidos	(1.130.062)	(699.766)	(1.585.380)
Despesas com provisões para causas judiciais	510.552	631.902	493.054
Resultado de Participação em Coligadas	(152.973)	(170.592)	(164.883)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	152.618	85.844	197.127
Despesas com atualização monetárias de dividendos complementares pagos			29.421
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	24.806.699	30.307.290	(17.966.008)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(2.056.543)	(3.778.391)	(271.765)
(Aumento) Redução em TVM para negociação	(3.016.194)	2.069.330	(4.079.199)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(829.287)	(1.774.950)	(3.308.714)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(702.309)	535.086	(783.200)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	(355.278)	570.978	(215.855)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(8.130.566)	(14.336.797)	(23.512.235)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	4.336.073	(2.248.414)	2.730.175
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(428.002)	(280.029)	(170.879)
(Redução) Aumento em Depósitos	(4.361.803)	14.636.353	1.383.790
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	50.037.294	24.089.603	(11.087.895)
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	(4.354.676)	2.004.971	15.839.514
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	102.302	(33.672)	(7.649)
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(996.454)	6.480.401	9.523.222
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	(4.437.858)	2.372.821	(3.957.130)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(48.188)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	32.413.351	36.228.340	(11.982.017)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(674.852)	966.637	(362.533)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	3.427.685	(11.392.622)	(841.634)
Alienação de Imobilizado de Uso	7.445	4.753	8.031
Aquisição de Imobilizado de Uso	(167.434)	(272.442)	(260.129)
Baixa de Intangível	14.826	10.964	3.136
Aquisição de Intangível	(265.984)	(501.292)	(139.189)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	2.341.686	(11.184.002)	(1.592.318)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Incorporação de remuneração de IHCD		(218.608)	
Dividendos complementares dos exercícios de 2014 e 2015	(55.296)		(1.072.773)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	(587.337)	(1.144.659)	(397.770)
Remuneração IHCD pago			(374.008)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(642.633)	(1.363.267)	(1.844.551)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	34.112.404	23.681.071	(15.418.886)
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA			
Caixa e Equivalentes no início do período	152.897.521	129.216.450	127.216.112
Caixa e Equivalentes no fim do período	187.009.925	152.897.521	111.797.226
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	34.112.404	23.681.071	(15.418.886)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	2016		2015			
	1º trimestre		4º trimestre		1º trimestre (Nota 3 (t))	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	38.569.491	-	40.530.265	-	37.109.121	-
Intermediação financeira	35.141.818		37.068.591		34.898.754	
Prestação de serviços com tarifas	5.292.704		5.573.127		4.886.111	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(3.808.592)		(3.950.796)		(5.027.455)	
Outras	1.943.561		1.839.343		2.351.711	
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	25.629.643		26.907.222		24.523.623	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	6.277.351		7.042.428		5.566.459	
Materiais, energia e outros	601.696		605.510		581.782	
Processamento de dados e comunicações	567.748		496.749		455.359	
Propaganda, publicidade e promoções	147.095		264.197		152.175	
Serviços de terceiros e especializados	558.969		595.278		580.422	
Serviços de vigilância e segurança	180.474		210.221		198.453	
Outras	4.221.369		4.870.474		3.598.268	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	477.109		407.724		458.524	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	505.171		521.272		582.846	
- Descontos de operações de crédito	57.239		152.766		131.084	
- Despesas com cartão de crédito/débito	342.266		259.603		338.399	
- Benefício pós-emprego	545.510		480.791		369.318	
- Provisões operacionais diversas	1.457.120		1.373.186		1.147.198	
- Demais	836.954		1.675.132		570.899	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	6.662.497		6.580.615		7.019.039	
5. RETENÇÕES	443.599		428.742		379.068	
Depreciação, amortização e exaustão	443.599		428.742		379.068	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	6.218.898		6.151.873		6.639.971	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	152.973		170.592		164.883	
Resultado da equivalência patrimonial	152.973		170.592		164.883	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	6.371.871		6.322.465		6.804.854	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	6.371.871	100,00	6.322.465	100,00	6.804.854	100,00
Pessoal	4.205.214	66,00	5.153.954	81,52	4.474.078	65,75
- Remuneração direta	3.140.645		3.944.505		3.342.222	
- Benefícios	839.456		975.841		918.276	
- FGTS	225.113		233.608		213.580	
Impostos, taxas e contribuições	949.433	14,90	169.592	2,68	410.902	6,04
- Federais	738.279		7.860		216.188	
- Estaduais	58		57		137	
- Municipais	211.096		161.675		194.577	
Remuneração de capitais de terceiros	379.438	5,95	362.832	5,74	371.611	5,46
- Aluguéis	379.438		362.832		371.611	
Remuneração de capitais próprios	870.330	13,66	1.478.644	23,39	771.778	11,34
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	587.337		1.144.660		397.770	
- Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital	282.993		333.984		374.008	
Lucros/Prejuízos retidos	(32.544)	(0,51)	(842.557)	(13,33)	776.485	11,41

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional	9
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias	10
Nota 3 – Principais práticas contábeis	12
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	23
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez	23
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	24
Nota 7 – Relações interfinanceiras	33
Nota 8 – Carteira de crédito	34
Nota 9 – Outros créditos	41
Nota 10 – Outros valores e bens	43
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas	44
Nota 12 – Imobilizado de uso	47
Nota 13 – Intangível	48
Nota 14 – Depósitos	49
Nota 15 – Captações no mercado aberto	53
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	54
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	56
Nota 18 – Outras obrigações	57
Nota 19 – Patrimônio líquido	62
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	64
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira	66
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira	66
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	67
Nota 24 – Despesas com pessoal	68
Nota 25 – Outras despesas administrativas	68
Nota 26 – Outras receitas operacionais	69
Nota 27 – Outras despesas operacionais	69
Nota 28 – Resultado não operacional	70
Nota 29 – Despesas tributárias	70
Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias	71
Nota 31 – Partes relacionadas	75
Nota 32 – Benefícios a empregados	79
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo	94
Nota 34 – Outras informações	105
Nota 35 – Eventos subsequentes	106

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

A fim de cumprir seu objeto social, em conformidade com a Lei 11.908/2009, a CAIXA constituiu as subsidiárias integrais Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR, CAIXA Seguridade S.A. e CAIXA Securitária.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio de participações societárias da CAIXA Seguridade S.A. na Caixa Seguros Holding S/A, na Pan Seguros S/A e na Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sênior e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias**a) Contexto**

As demonstrações contábeis consolidadas intermediárias da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis consolidadas intermediárias de 31 de março de 2016 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 03 de maio de 2016 e pelo Conselho de Administração em 05 de maio de 2016.

As demonstrações contábeis consolidadas intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas independentemente de requerimento do Banco Central do Brasil para apresentação de demonstrações contábeis, dado que a Administração da CAIXA entende ser relevante para o mercado tal divulgação em função do volume de operações e atuação da CAIXA no mercado financeiro nacional.

Em função de orientação do Banco Central do Brasil para que os instrumentos híbridos de capital e dívida fossem reclassificados do patrimônio líquido para o passivo nas demonstrações contábeis individuais, a partir do trimestre findo em 31 de março de 2015, a Administração da CAIXA optou por deixar de apresentar as demonstrações contábeis individuais da controladora, passando a apresentar apenas as demonstrações contábeis consolidadas, por entender que essas demonstrações contábeis consolidadas fornecem os elementos necessários para o melhor entendimento da sua situação financeira, do volume total de suas operações e do cumprimento dos limites regulatórios e prudenciais do Banco Central do Brasil, onde os instrumentos híbridos de capital e dívida são classificados como elegíveis a capital e compõem o patrimônio líquido.

b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas intermediárias da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanada da Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e da Carta Circular 1.273/87 (COSIF). Além dessas normas, nos baseamos também na Lei e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis consolidadas intermediárias são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas intermediárias incluem a CAIXA e suas subsidiárias CAIXAPAR e CAIXA Seguridade que possui a subsidiária CAIXA Securitária. Foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR, da CAIXA Seguridade e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida.

O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura.

Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que o conglomerado CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas na Nota 11.

(d) Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em razão das notícias divulgadas na imprensa, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "A Origem", a Administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema por parte de seus empregados, administradores e fornecedores.

Até a data de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2016, a CAIXA, seus administradores e seus empregados não foram notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva que não sejam aquelas que envolvam seus prestadores de serviços, eventualmente decorrentes de fatos relacionados com a operação "A Origem".

A despeito disso, a CAIXA adotou providências, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa e os contratos com as empresas citadas.

Com base nas informações disponíveis, foi conduzido um processo interno de investigação que não identificou fatos relacionados a esse assunto que pudessem impactar as suas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2016, nem há qualquer informação objetiva que coloque em dúvida a boa conduta de seus funcionários, administradores e fornecedores.

De forma prospectiva a CAIXA continuará acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão bem como avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar a necessidade de análises adicionais ou que outro processo de investigação interna seja efetuado.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas intermediárias são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e os demais disponíveis vencíveis até ou iguais a 90 dias.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

Os títulos de renda fixa utilizados para lastrear as operações compromissadas (venda com compromisso de recompra) são destacados em contas específicas do ativo na data da operação pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. Considera-se como despesa a diferença entre o valor de recompra e o valor de venda e o reconhecimento contábil ocorre conforme regime de competência "pro rata" dia em função da fluência do prazo das operações.

Os financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (compra com compromisso de revenda) são registrados pelo valor de liquidação. A renda da operação é representada pela diferença entre os valores de revenda e de compra. Os títulos utilizados para lastrear operações de venda com o compromisso de recompra são registrados em contas destacadas do Ativo, sendo transferidos da posição Bancada para a posição Financiada.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para as operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para compor a própria carteira são registrados pelo valor efetivamente pago e administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição, e suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria são acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e de câmbio em moeda estrangeira detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- **Hedge de Risco de Mercado:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (g) e (h).

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco “H” há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por, no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível “H”. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros são registrados no ativo tendo como contrapartida, passivo referente a obrigação assumida.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários em “Outros Créditos – Diversos”, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. Para o banco, a CSLL foi calculada considerando a alíquota de 15%, até agosto de 2015, e no período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Para as demais empresas, a contribuição social é calculada considerando a alíquota de 9%.

Em virtude do aumento de alíquota da CSLL a partir de setembro/2015, vigente até dezembro/18, a CAIXA promoveu a constituição de créditos tributários de CSLL complementares, considerando os créditos tributários realizáveis no período de vigência a alíquota majorada, os quais foram estimados de acordo com os estudos técnicos que suportam o registro de tais ativos.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas (Nota 10).

(k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN. A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

O ágio constituído é a diferença entre o valor pago e o valor contábil do investimento adquirido, provenientes das expectativas de rentabilidade futura, fundamentados por análise econômica financeira, sendo amortizado e submetido a teste de recuperabilidade.

(l) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

(m) Intangível

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelecem as Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa, direta ou indiretamente, para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de software e de aquisição de folhas de pagamento. Os intangíveis relacionados à aquisição de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. *Softwares* desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica “depreciação e amortização”, em outras despesas administrativas e possuem prazos de amortização de 5 anos para Projetos logiciais – software e de até 5 anos para Aquisição de folha de pagamento.

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, tais como softwares em desenvolvimento, e dos ágios na aquisição de investimentos.

Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso.

(o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*,

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses tem seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

(p) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

(q) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora.

O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios.

O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição variável, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo contribuição definida.

Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo benefício definido, devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e a cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.

A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

A Deliberação CVM nº 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos.

A adoção do Pronunciamento ocorreu a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta “outros ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.

Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local apresentar montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

Nessa hipótese, a complementação dá-se em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

(r) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

(s) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por eventos que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis e originam ajustes. Eventos que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis não originam ajustes.

(t) Reapresentação de Saldos Comparativos**(i) Mudança de prática contábil – Reclassificação de despesas de títulos e valores mobiliários no exterior**

Considerando a autorização do Banco Central do Brasil para utilização de rubrica específica para o registro de despesas de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, a CAIXA procedeu a reclassificação dos montantes reconhecidos em suas demonstrações contábeis consolidadas.

Esta mudança de prática contábil produziu efeitos apenas na Demonstração Consolidada de Resultado do Exercício e na Demonstração Consolidada do Valor Adicionado.

(ii) Mudança de prática contábil – Segregação dos passivos contingentes em circulante e não circulante

Até 31/12/2015, diante da impossibilidade de apuração da estimativa de realização dos valores provisionados como passivos contingentes, com razoável segurança, a CAIXA alocou estes valores como passivo circulante, em convergência ao princípio da prudência contábil.

A partir de 01/01/2016, os processos que apuram a estimativa de ações cíveis e trabalhistas com risco de perda classificadas como prováveis permitiram uma apuração da estimativa de realização destes passivos e possibilitaram a sua segregação em passivos circulantes e não circulantes.

Esta mudança de prática contábil produziu efeitos apenas no Balanço Patrimonial.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Os efeitos no Balanço Patrimonial Consolidado Intermediário decorrentes da segregação dos passivos contingentes, em circulante e não circulante estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/03/2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante	617.251.025	(4.157.554)	613.093.471
Outras obrigações	53.866.571	(4.157.554)	49.709.017
Diversas	36.786.208	(4.157.554)	32.628.654
Não Circulante	398.838.297	4.157.554	402.995.851
Outras obrigações	31.415.373	4.157.554	35.572.927
Diversas	11.675.933	4.157.554	15.833.487
Patrimônio Líquido	62.338.469	-	62.338.469
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.078.427.791	-	1.078.427.791

Descrição	31/12/2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante	715.340.420	(4.904.517)	710.435.903
Outras obrigações	58.999.929	(4.904.517)	54.095.412
Diversas	38.032.537	(4.904.517)	33.128.020
Não Circulante	425.236.977	4.904.517	430.141.494
Outras obrigações	39.050.749	4.904.517	43.955.266
Diversas	15.249.868	4.904.517	20.154.385
Patrimônio Líquido	62.703.443	-	62.703.443
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.203.280.840	-	1.203.280.840

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Os efeitos nas demonstrações de resultado consolidadas intermediárias decorrentes das reclassificações das despesas de títulos e valores mobiliários no exterior, conforme determina o Banco Central, estão demonstrados a seguir:

Descrição	1º trimestre de 2015		
	Conforme apresentado	Ajustes	Valor ajustado
RESULTADO	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	33.421.941	1.476.813	34.898.754
Resultado de câmbio(1)	-	1.476.813	1.476.813
Despesas da intermediação financeira	(28.055.461)	(1.495.617)	(29.551.078)
Operações de captação no mercado	(16.848.986)	(2.759.498)	(19.608.484)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(3.859.076)	(909.466)	(4.768.542)
Resultado de câmbio(1)	(2.173.347)	2.173.347	-
Resultado bruto da intermediação financeira	5.366.480	(18.804)	5.347.676
Outras receitas/despesas operacionais	(4.560.908)	18.804	(4.542.104)
Outras receitas operacionais	2.475.118	(1.070)	2.474.048
Outras despesas operacionais	(3.618.142)	19.874	(3.598.268)
Resultado operacional	805.572	-	805.572
Resultado antes da tributação sobre o lucro	683.235	-	683.235
Imposto de renda e contribuição social	1.055.694	-	1.055.694
Participações dos empregados no lucro	(190.666)	-	(190.666)
Lucro líquido do período	1.548.263	-	1.548.263

(1) O resultado de câmbio ajustado apresentado, reclassificado de “Despesas da intermediação financeira” para “Receitas da intermediação financeira”, em função de ter apresentado resultado positivo após as reclassificações em epígrafe, somou o montante de 1.476.813 composto por (2.173.347) – resultado negativo de câmbio antes da reclassificação subtraído do montante de despesas de 3.650.160 (2.739.624 reclassificado para Operações de captação no mercado + 909.466 reclassificado para Operações de empréstimos, cessões e repasses + 1.070 reclassificado para Outras receitas operacionais).

(v) Os efeitos na Demonstração Consolidada Intermediária do Valor Adicionado decorrentes desta orientação do Banco Central estão demonstrados a seguir:

Descrição	1º trimestre de 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
1. RECEITAS	35.633.378	1.475.743	37.109.121
Intermediação financeira	33.421.941	1.476.813	34.898.754
Outras	2.352.781	(1.070)	2.351.711
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	23.028.006	1.495.617	24.523.623
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	5.586.333	(19.874)	5.566.459
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	7.019.039	-	7.019.039
5. RETENÇÕES	379.068	-	379.068
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	6.639.971	-	6.639.971
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	164.883	-	164.883
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	6.804.854	-	6.804.854
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	6.804.854	-	6.804.854

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Total de disponibilidades (caixa)	10.917.192	11.510.594	13.019.618
Disponibilidade em moeda nacional	8.007.312	8.792.280	7.491.282
Disponibilidade em moeda estrangeira	2.909.880	2.718.314	5.528.336
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	176.092.733	141.386.927	98.777.608
Total	187.009.925	152.897.521	111.797.226

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	23.186.395	511.964	23.698.359	43.518.292	22.048.927
Letras financeiras do tesouro	1.399.978	-	1.399.978	99.997	-
Letras do tesouro nacional	4.825.904	511.964	5.337.868	9.937.518	3.529.416
Notas do tesouro nacional	16.960.513	-	16.960.513	33.480.777	18.519.511
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	155.196.179	-	155.196.179	99.593.650	76.825.315
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	15.125.892
Letras do tesouro nacional	21.866.276	-	21.866.276	30.911.806	5.586.515
Notas do tesouro nacional	133.329.903	-	133.329.903	68.681.844	56.112.908
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.486.726	869.674	11.356.400	10.376.648	6.802.935
Depósitos interfinanceiros	10.373.839	60.056	10.433.895	9.691.077	6.195.652
Depósitos interfinanceiros - crédito rural	112.887	809.618	922.505	685.791	607.345
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	-	-	-	(220)	(62)
Total - ativo circulante	188.869.300	1.381.638	190.250.938	153.488.590	105.677.177

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" na Demonstração do Resultado

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Rendas de aplicações no mercado aberto	6.223.316	5.080.671	4.360.089
Posição bancada	1.349.717	1.267.064	1.000.696
Posição financiada	4.873.599	3.813.607	3.359.393
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	344.208	290.091	174.861
Total	6.567.524	5.370.762	4.534.950

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
(a) Composição

Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados				Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Operações Compromissadas com Livre Movimentação	Banco Central		
Títulos públicos – Brasil	72.798.134	79.713.449	4.466.567	4.275.834	848	-	161.254.832
Letras financeiras do tesouro	2.387.846	4.499.119	-	-	-	-	6.886.965
Letras do tesouro nacional	64.903.779	38.525.125	4.463.769	4.275.834	848	-	112.169.355
Notas do tesouro nacional	5.217.233	36.689.205	2.798	-	-	-	41.909.236
Tesouro nacional/ securitização	289.276	-	-	-	-	-	289.276
Títulos – empresas	9.032.394	7.619.289	-	-	-	-	16.651.683
Debêntures	993.575	7.333.813	-	-	-	-	8.327.388
Nota promissória	619.444	-	-	-	-	-	619.444
Letras de crédito imobiliário	85.605	-	-	-	-	-	85.605
Letras financeiras	147.355	-	-	-	-	-	147.355
Cotas de fundos	183.930	-	-	-	-	-	183.930
Certificado de recebíveis imobiliários	691.791	285.476	-	-	-	-	977.267
Ações	6.310.694	-	-	-	-	-	6.310.694
Outros	-	-	-	-	-	2.383.863	2.383.863
Total em 31/03/2016	81.830.528	87.332.738	4.466.567	4.275.834	848	2.383.863	180.290.378
Total em 31/12/2015	68.404.031	98.152.414	11.279.474	-	820	4.141.121	181.977.860
Total em 31/03/2015	76.440.114	86.930.078	7.954.422	-	1.073	2.839.525	174.165.212

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação da carteira por prazo

Posição em 31/03/2016	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr. Líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos públicos	161.820.500	(501.730)	(63.938)	161.254.832	159.910.552	-	38.414.263	4.274.555	20.722.235	97.843.779
Letras financeiras do tesouro	6.891.091	(4.126)	-	6.886.965	6.886.965	-	-	-	-	6.886.965
Letras do tesouro nacional	112.646.769	(477.414)	-	112.169.355	112.087.149	-	38.414.263	4.274.555	13.033.452	56.447.085
Notas do tesouro nacional	41.927.235	(20.190)	2.191	41.909.236	40.647.162	-	-	-	7.688.783	34.220.453
Tesouro nacional/securitização	355.405	-	(66.129)	289.276	289.276	-	-	-	-	289.276
Títulos – empresas	18.914.311	(31.180)	(2.231.448)	16.651.683	16.640.582	6.494.624	112.490	8.326	689.568	9.346.675
Debêntures	8.378.387	(31.188)	(19.811)	8.327.388	8.327.388	-	-	8.326	-	8.319.062
Nota promissória	611.342	-	8.102	619.444	619.444	-	112.490	-	506.954	-
Letras de crédito imobiliário	85.514	-	91	85.605	85.605	-	-	-	85.605	-
Letras financeiras	147.148	-	207	147.355	147.355	-	-	-	97.009	50.346
Cotas de fundos	183.930	-	-	183.930	183.930	183.930	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	997.460	8	(20.201)	977.267	966.166	-	-	-	-	977.267
Ações	8.510.530	-	(2.199.836)	6.310.694	6.310.694	6.310.694	-	-	-	-
Total – TVM	180.734.811	(532.910)	(2.295.386)	177.906.515	176.551.134	6.494.624	38.526.753	4.282.881	21.411.803	107.190.454
Para negociação (3)	101.496.504	(532.910)	-	100.963.594	100.963.594	15.128	23.033.297	1.589.367	16.388.209	59.937.593
Disponíveis para venda	18.453.786	-	(2.295.386)	16.158.400	16.158.400	6.479.496	112.490	8.325	689.567	8.868.522
Mantidos até o vencimento (4)	60.784.521	-	-	60.784.521	59.429.140	-	15.380.966	2.685.189	4.334.027	38.384.339
Instrumentos financeiros derivativos	2.383.863	-	-	2.383.863	2.383.863	-	44.381	3.747	238.035	2.097.700
Total – TVM e derivativos	183.118.674	(532.910)	(2.295.386)	180.290.378	178.934.997	6.494.624	38.571.134	4.286.628	21.649.838	109.288.154

(1) Ajuste a Valor de Mercado no resultado;

(2) Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (893.625) - (31/12/2015 – (1.133.284) e 31/03/2015 – (200.635)); líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria Para Negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Os papéis que compõem a carteira de TVM da CAIXA não foram reclassificados entre as categorias I, II e III, nos períodos apresentados.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

Descrição	31/03/2016								31/12/2015			31/03/2015		
	Sem venc.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	23.033.297	1.589.367	16.388.205	59.119.876	100.632.475	(501.730)	100.130.745	101.345.780	(3.688.457)	97.657.323	104.806.805	(1.597.052)	103.209.753
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	6.886.965	6.891.091	(4.126)	6.886.965	3.472.622	3.028	3.475.650	2.693.131	2.748	2.695.879
Letras do tesouro nacional	-	23.033.297	1.589.367	10.013.641	52.084.066	87.197.785	(477.414)	86.720.371	89.281.974	(3.376.552)	85.905.422	96.444.693	(1.555.595)	94.889.098
Notas do tesouro nacional	-	-	-	6.374.564	148.845	6.543.599	(20.190)	6.523.409	8.591.184	(314.933)	8.276.251	5.668.981	(44.205)	5.624.776
Títulos - empresas	15.128	-	-	-	817.721	864.029	(31.180)	832.849	898.214	(75.227)	822.987	970.330	33.959	1.004.289
Debêntures	-	-	-	-	816.852	848.040	(31.188)	816.852	881.980	(75.224)	806.756	949.237	33.943	983.180
Cotas de fundos	15.128	-	-	-	-	15.128	-	15.128	15.128	-	15.128	19.568	-	19.568
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	869	861	8	869	1.106	(3)	1.103	1.525	16	1.541
Total	15.128	23.033.297	1.589.367	16.388.205	59.937.597	101.496.504	(532.910)	100.963.594	102.243.994	(3.763.684)	98.480.310	105.777.135	(1.563.093)	104.214.042

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Descrição	31/03/2016								31/12/2015			31/03/2015		
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	-	-	-	409.482	473.420	(63.938)	409.482	446.563	(78.263)	368.300	13.775	778	14.553
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	120.206	118.015	2.191	120.206	84.311	1.953	86.264	4.604	2.568	7.172
Tesouro nacional/ securitizados	-	-	-	-	289.276	355.405	(66.129)	289.276	362.252	(80.216)	282.036	9.171	(1.790)	7.381
Títulos – empresas	6.479.496	112.490	8.325	689.568	8.459.039	17.980.366	(2.231.448)	15.748.918	17.454.799	(2.678.876)	14.775.923	17.882.725	(915.381)	16.967.344
Debêntures	-	-	8.325	-	7.502.211	7.530.347	(19.811)	7.510.536	6.816.024	(46.712)	6.769.312	7.034.682	11.161	7.045.843
Nota promissória	-	112.490	-	506.954	-	611.342	8.102	619.444	800.112	12.681	812.793	-	-	-
Letras de crédito imobiliário	-	-	-	85.605	-	85.514	91	85.605	82.755	118	82.873	142.577	102	142.679
Letras financeiras	-	-	-	97.009	50.346	147.148	207	147.355	142.286	230	142.516	170.246	133	170.379
Cotas de fundos	168.802	-	-	-	-	168.802	-	168.802	172.676	-	172.676	429.672	-	429.672
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	906.482	926.683	(20.201)	906.482	930.417	(89.645)	840.772	776.324	60.531	836.855
Ações (2)	6.310.694	-	-	-	-	8.510.530	(2.199.836)	6.310.694	8.510.529	(2.555.548)	5.954.981	9.329.224	(987.308)	8.341.916
Total	6.479.496	112.490	8.325	689.568	8.868.521	18.453.786	(2.295.386)	16.158.400	17.901.362	(2.757.139)	15.144.223	17.896.500	(914.603)	16.981.897

(1) Ajuste a Valor de Mercado. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (893.625) em 31/03/2016 (31/12/2015 – (1.133.284) e 31/03/2015 – (200.635)); líquido dos efeitos tributários.

(2) As participações acionárias, classificadas na Categoria II, são passíveis de aplicação de testes de impairment periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001, em 2016, foi apurada e reconhecida uma perda no valor recuperável em ações no montante de R\$ 34.963.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

Descrição	31/03/2016				Custo	Valor de mercado	31/12/2015		31/03/2015	
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos públicos	15.380.966	2.685.189	4.334.030	38.314.420	60.714.605	59.370.326	64.140.525	60.311.350	50.018.451	49.235.856
Letras do tesouro nacional	15.380.966	2.685.189	3.019.809	4.363.020	25.448.984	25.366.778	29.688.560	29.339.432	13.498.479	13.338.443
Notas do tesouro nacional	-	-	1.314.221	33.951.400	35.265.621	34.003.548	34.451.965	30.971.918	36.519.972	35.897.413
Títulos - empresas	-	-	-	69.916	69.916	58.814	71.681	57.460	111.297	102.247
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	69.916	69.916	58.814	71.681	57.460	111.297	102.247
Total	15.380.966	2.685.189	4.334.030	38.384.336	60.784.521	59.429.140	64.212.206	60.368.810	50.129.748	49.338.103

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Ativos financeiros mantidos para negociação	5.964.907	2.621.572	2.236.994
Ativos financeiros disponíveis para venda	325.123	777.173	343.086
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.229.946	2.143.916	1.879.996
Outros	(3.572)	9.529	(179)
Total	8.516.404	5.552.190	4.459.897

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger a exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas, das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA e a partir de setembro de 2015 dos contratos de empréstimos baseados na Lei nº 4.131/62.

O hedge contábil das emissões externas e dos empréstimos baseados na Lei nº 4.131/62 tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

HEDGE CONTÁBIL									
Estruturas	31/03/2016			31/12/2015			31/03/2015		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil
Emissões Externas	8.396.172	1.895.020	12.570.833	8.461.493	3.131.123	13.523.638	5.259.502	1.903.885	8.230.808
Empréstimos 4.131	1.996.681	242.253	2.514.250	8.051.087	943.617	9.421.628	-	-	-
Letras Financeiras	1.010.660	(13.494)	1.373.361	1.010.660	(91.401)	1.311.694	920.660	(41.921)	1.085.254
Total	11.403.513	2.123.779	16.458.444	17.523.240	3.983.339	24.256.960	6.180.162	1.861.964	9.316.062

(1) Ajuste acumulado dos contratos de swap

ESTRUTURA TEMPORAL								
Vencimento	31/03/2016			31/12/2015			31/03/2015	
	Emissões Externas	Empréstimos 4.131	Letras Financeiras	Emissões Externas	Empréstimos 4.131	Letras Financeiras	Emissões Externas	Letras Financeiras
2015	-	-	-	-	-	-	200.685	-
2016	347.910	524.920	-	413.232	2.063.749	-	213.509	-
2017	2.161.629	1.471.761	175.000	2.161.629	3.075.832	175.000	1.975.238	95.000
2018	958.578	-	16.500	958.578	2.911.506	16.500	145.126	6.500
2019	4.147.737	-	10.150	4.147.736	-	10.150	1.944.625	10.150
2020	30.805	-	11.360	30.805	-	11.360	30.805	11.360
2021	29.717	-	25.000	29.717	-	25.000	29.717	25.000
2022	719.796	-	-	719.797	-	-	719.797	-
2023	-	-	562.000	-	-	562.000	-	562.000
2024	-	-	203.450	-	-	203.450	-	203.450
2025	-	-	7.200	-	-	7.200	-	7.200
Total	8.396.172	1.996.681	1.010.660	8.461.494	8.051.087	1.010.660	5.259.502	920.660

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial:

Descrição	Conta de Compensação / Valor Referencial			Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajustes ao Valor de Mercado (Res. / PL)	Valor Patrimonial		
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2016	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Contratos de futuros								
Compromissos de venda	61.631.659	70.294.595	95.681.536	-	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	61.628.040	70.292.013	95.584.677	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	3.619	2.582	96.859	-	-	-	-	-
Contratos de Swaps								
Posição ativa	11.403.513	17.523.240	11.181.671	2.767.239	(383.376)	2.383.863	4.141.121	2.839.525
Índices	1.010.660	1.010.660	920.695	68.186	(57.217)	10.969	2.481	738
Moeda estrangeira	10.392.853	16.512.580	10.260.976	2.699.053	(326.159)	2.372.894	4.138.640	2.838.787
Posição passiva	11.403.513	17.523.240	11.181.671	183.116	76.968	260.084	157.782	46.069
Índices	1.010.660	1.010.660	920.695	-	24.463	24.463	93.882	42.775
Moeda estrangeira	10.392.853	16.512.580	10.260.976	183.116	52.505	235.621	63.900	3.294

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial:

Descrição	31/03/2016							31/12/2015	31/03/2015
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Result./ Patrimônio Líquido)	Valor Patrim.	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
Posição Ativa:									
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	2.767.239	(383.376)	2.383.863	44.381	3.747	238.035	2.097.700	4.141.121	2.839.525
BM&FBOVESPA	68.186	(57.217)	10.969	-	-	-	10.969	2.481	738
Inst. Financeiras	2.699.053	(326.159)	2.372.894	44.381	3.747	238.035	2.086.731	4.138.640	2.838.787
Posição Passiva:									
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	183.116	76.968	260.084	5.843	2.028	7.310	244.903	157.782	46.069
BM&FBOVESPA	-	24.463	24.463	-	-	-	24.463	93.882	42.660
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	115
Inst. Financeiras	183.116	52.505	235.621	5.843	2.028	7.310	220.440	63.900	3.294

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor referencial:

Descrição	31/03/2016				Valor de Mercado	31/12/2015	31/03/2015
	01 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias		Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas de Compensação/ Valor Referencial							
Contratos futuros	3.619	1.588.872	10.844.868	49.194.300	61.631.659	70.294.595	95.681.536
Contratos de Swaps	165.493	75.234	955.898	10.206.888	11.403.513	17.523.240	11.181.671

(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos:

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Swap	(1.958.605)	50.980	1.981.032
Futuro	(2.965.302)	538.717	409.058
Total realizado	(4.923.907)	589.697	2.390.090

(k) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Títulos públicos	4.467.415	11.280.294	7.955.495
Notas do tesouro nacional	2.798	2.578	2.504
Letras do tesouro nacional	4.464.617	11.277.716	2.832.663
Letras financeiras do tesouro	-	-	5.120.328

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto, não são considerados equivalentes de caixa.

Descrição	Remuneração	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	3.867.348	4.970.101	6.072.852
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	52.072.983	53.926.379	46.822.086
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	25.445.314	22.343.773	10.064.218
Compulsório adicional (2)	Taxa SELIC	25.560.192	24.876.297	33.694.690
Total		106.945.837	106.116.550	96.653.846

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(2) Variação decorrente das alterações trazidas pela Circular BACEN 3.755 de 28/05/2015, com efeitos a partir de JUN/15.

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
FGTS a ressarcir	76.787	91.941	81.286
FCVS a receber	29.642.295	28.867.828	28.438.549
Não habilitados (1)	1.605.373	1.686.271	1.991.032
Habilitados e não homologados (2)	10.049.223	9.707.114	9.485.898
Habilitados e homologados (3)	17.987.699	17.474.443	16.961.619
Provisão FCVS a receber	(2.881.731)	(2.797.741)	(2.659.825)
Total (líquido de provisão)	26.837.351	26.162.028	25.860.010

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Créditos vinculados ao BACEN	2.604.776	2.657.782	1.970.360
Créditos vinculados ao SFH	602.659	594.787	463.192
Total	3.207.435	3.252.569	2.433.552

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Carteira de crédito
(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Operações de crédito	325.264.512	97.139.219	108.907.703	73.144.530	32.749.047	8.022.493	4.899.995	3.496.543	18.889.432	672.513.474	667.349.336	617.183.913
Empréstimos e títulos descontados	20.633.115	36.833.276	44.723.476	31.354.958	9.457.451	4.303.607	2.645.857	2.109.225	10.504.502	162.565.467	163.744.084	150.571.207
Financiamentos	13.622.323	10.650.605	3.067.547	3.230.465	2.384.883	543.218	357.754	301.925	1.593.859	35.752.579	35.920.873	42.055.412
Financiamentos rurais e agroindustriais	928.285	1.905.353	2.291.335	1.425.755	225.934	47.465	50.706	32.085	269.055	7.175.973	7.488.834	5.269.937
Financiamentos imobiliários	243.192.296	33.246.680	52.903.110	31.242.607	18.679.600	2.154.898	1.567.724	1.047.611	4.906.771	388.941.297	384.175.883	354.228.843
Financiamentos de infraestrutura	45.775.917	10.833.002	5.702.114	5.779.083	1.966.242	958.387	266.845	-	1.599.019	72.880.609	70.658.301	59.904.912
Cessão de créditos	1.112.576	3.670.303	220.121	111.662	34.937	14.918	11.109	5.697	16.226	5.197.549	5.361.361	5.153.602
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	3.408.097	5.330.470	1.024.048	1.122.918	289.412	149.178	58.639	63.389	202.439	11.648.590	12.137.251	9.625.569
Cartão de crédito	939.996	4.327.364	406.602	390.061	155.779	38.503	27.695	17.738	116.714	6.420.452	7.028.676	6.628.530
Adiantamento de contratos de câmbio (1)	2.460.123	861.193	516.460	668.413	40.483	13.576	22.626	44.102	80.052	4.707.028	4.517.270	2.376.067
Créditos adquiridos (2)	-	134.846	97.374	57.736	77.197	90.266	-	-	-	457.419	530.573	559.518
Diversos	7.978	7.067	3.612	6.708	15.953	6.833	8.318	1.549	5.673	63.691	60.732	61.454
Total	328.672.609	102.469.689	109.931.751	74.267.448	33.038.459	8.171.671	4.958.634	3.559.932	19.091.871	684.162.064	679.486.587	626.809.482
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	(35.196)	(532.037)	(1.255.162)	(2.550.978)	(3.600.014)	(2.667.066)	(2.479.320)	(2.491.954)	(19.091.871)	(34.703.598)	(33.880.851)	(28.396.626)
Total líq. de provisões	328.637.413	101.937.652	108.676.589	71.716.470	29.438.445	5.504.605	2.479.314	1.067.978	-	649.458.466	645.605.736	598.412.856

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de "Outras Obrigações".

(2) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos: PAN, Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Daycoval.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Provisão regulamentar	-	(512.348)	(1.099.317)	(2.228.023)	(3.303.845)	(2.451.501)	(2.479.319)	(2.491.954)	(19.091.871)	(33.658.178)	(32.886.033)	(28.396.626)
Operações de crédito	-	(485.696)	(1.089.076)	(2.194.336)	(3.274.904)	(2.406.747)	(2.449.996)	(2.447.582)	(18.889.432)	(33.237.769)	(32.499.349)	(28.058.672)
Empréstimos e títulos descontados	-	(184.166)	(447.235)	(940.649)	(945.745)	(1.291.082)	(1.322.929)	(1.476.458)	(10.504.502)	(17.112.766)	(17.638.759)	(10.671.835)
Financiamentos	-	(53.253)	(30.675)	(96.914)	(238.488)	(162.965)	(178.877)	(211.348)	(1.593.859)	(2.566.379)	(2.446.700)	(5.760.960)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(9.527)	(22.913)	(42.773)	(22.593)	(14.240)	(25.353)	(22.460)	(269.055)	(428.914)	(377.704)	(190.531)
Financiamentos imobiliários	-	(166.233)	(529.031)	(937.278)	(1.867.960)	(646.469)	(783.862)	(733.328)	(4.906.771)	(10.570.932)	(10.124.950)	(10.881.160)
Financiamentos de infraestrutura	-	(54.165)	(57.021)	(173.372)	(196.624)	(287.516)	(133.423)	-	(1.599.019)	(2.501.140)	(1.856.743)	(507.766)
Cessão de créditos	-	(18.352)	(2.201)	(3.350)	(3.494)	(4.475)	(5.552)	(3.988)	(16.226)	(57.638)	(54.493)	(46.420)
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	-	(26.652)	(10.241)	(33.687)	(28.941)	(44.754)	(29.323)	(44.372)	(202.439)	(420.409)	(386.684)	(337.954)
Cartão de crédito	-	(21.637)	(4.066)	(11.702)	(15.578)	(11.551)	(13.848)	(12.417)	(116.714)	(207.513)	(235.185)	(219.618)
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(4.306)	(5.165)	(20.052)	(4.048)	(4.073)	(11.313)	(30.871)	(80.052)	(159.880)	(98.670)	(31.843)
Créditos adquiridos	-	(674)	(974)	(1.732)	(7.720)	(27.080)	-	-	-	(38.180)	(40.443)	(52.644)
Diversos	-	(35)	(36)	(201)	(1.595)	(2.050)	(4.162)	(1.084)	(5.673)	(14.836)	(12.386)	(33.849)
Provisão complementar (1)	(35.196)	(19.689)	(155.845)	(322.955)	(296.169)	(215.565)	(1)	-	-	(1.045.420)	(994.818)	-
Operações de crédito	(34.022)	(19.423)	(153.381)	(316.739)	(291.435)	(213.137)	(1)	-	-	(1.028.138)	(977.531)	-
Empréstimos e títulos descontados	(22.955)	(11.890)	(90.426)	(236.299)	(229.908)	(154.766)	(1)	-	-	(746.245)	(699.890)	-
Financiamentos	(8.657)	(2.742)	(16.877)	(46.880)	(57.806)	(58.253)	-	-	-	(191.215)	(199.170)	-
Financiamentos rurais e agroindustriais	(239)	(304)	(3.967)	(15.240)	(1.221)	(118)	-	-	-	(21.089)	(20.955)	-
Financiamentos imobiliários	(2.171)	(4.221)	(38.732)	(18.320)	(2.500)	-	-	-	-	(65.944)	(57.516)	-
Financiamentos de infraestrutura	-	(266)	(3.379)	-	-	-	-	-	-	(3.645)	-	-
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	(1.174)	(266)	(2.464)	(6.216)	(4.734)	(2.428)	-	-	-	(17.282)	(17.287)	-
Cartão de crédito	(312)	(113)	(889)	(2.976)	(2.512)	(1.879)	-	-	-	(8.681)	(9.851)	-
Adiantamento de contratos de câmbio	(855)	(120)	(1.500)	(3.032)	(1.634)	(549)	-	-	-	(7.690)	(6.479)	-
Diversos	(7)	(33)	(75)	(208)	(588)	-	-	-	-	(911)	(957)	-
Total Provisão	(35.196)	(532.037)	(1.255.162)	(2.550.978)	(3.600.014)	(2.667.066)	(2.479.320)	(2.491.954)	(19.091.871)	(34.703.598)	(33.880.851)	(28.396.626)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução n 2.682 de 21/12/1999, do CMN, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

Com relação ao montante de crédito nos cursos Normal e Anormal (Notas 8 (c1) e (c2)), destaca-se alteração no critério de classificação. Conforme parágrafo 1º do art. 4º da Resolução 2.682/1999, admite-se a contagem dos períodos de atraso em dobro para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses. Os valores de 31/03/2015 foram ajustados com o novo critério para fins de comparabilidade.

(c.1) Operações de crédito em Curso normal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015 (1)
01 a 30 dias	9.330.203	8.237.552	3.900.920	3.237.232	1.090.207	215.452	110.920	92.998	494.216	26.709.700	25.100.953	23.390.746
31 a 60 dias	4.406.984	4.051.471	2.885.436	1.885.328	600.448	105.993	42.519	37.136	1.778.991	15.794.306	13.514.034	13.142.721
61 a 90 dias	4.059.013	3.942.129	2.579.458	1.923.472	567.648	170.627	46.474	32.076	173.679	13.494.576	12.405.708	13.809.570
91 a 180 dias	10.297.514	8.658.978	7.123.531	5.216.445	1.511.308	267.217	102.249	80.773	453.674	33.711.689	36.959.435	31.710.819
181 a 360 dias	23.624.008	11.663.571	11.795.433	7.285.589	2.337.877	516.477	127.643	93.007	582.872	58.026.477	60.308.995	50.573.565
Acima de 360 dias	276.954.887	65.915.988	70.403.801	39.517.237	13.329.138	2.375.612	526.017	359.551	3.108.650	472.490.881	472.273.202	434.294.179
Total	328.672.609	102.469.689	98.688.579	59.065.303	19.436.626	3.651.378	955.822	695.541	6.592.082	620.227.629	620.562.327	566.921.600

(1) Não inclui os adiantamentos sobre contratos de câmbio.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015 (1)
Parcelas vencidas	-	-	653.814	1.914.632	2.595.348	2.345.459	2.329.577	1.872.973	9.452.185	21.163.988	20.260.607	15.698.984
01 a 30 dias	-	-	522.531	297.644	192.641	58.205	43.736	29.036	102.676	1.246.469	1.074.802	831.649
31 a 60 dias	-	-	131.283	969.321	358.184	134.579	71.330	53.688	218.744	1.937.129	1.441.634	1.564.420
61 a 90 dias	-	-	-	439.338	1.368.482	466.676	200.467	127.739	570.027	3.172.729	2.856.063	2.607.824
91 a 180 dias	-	-	-	208.329	676.004	1.219.520	1.404.034	1.156.388	1.485.934	6.150.209	6.431.632	4.973.275
181 a 360 dias	-	-	-	-	37	466.479	610.010	506.122	5.973.945	7.556.593	7.614.252	5.352.561
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.100.859	1.100.859	842.224	369.255
Parcelas vincendas	-	-	10.589.358	13.287.513	11.006.485	2.174.834	1.673.235	991.418	3.047.604	42.770.447	38.663.653	41.812.831
01 a 30 dias	-	-	281.892	310.502	205.993	48.051	37.022	19.262	75.215	977.937	789.011	868.616
31 a 60 dias	-	-	181.506	269.772	161.769	46.287	36.220	18.587	72.735	786.876	708.886	750.226
61 a 90 dias	-	-	176.392	263.259	157.748	45.544	35.547	18.300	70.008	766.798	696.699	738.816
91 a 180 dias	-	-	503.599	734.552	441.083	131.056	102.493	51.746	199.795	2.164.324	1.979.434	2.133.612
181 a 360 dias	-	-	903.000	1.185.795	799.588	235.338	166.577	94.393	355.585	3.740.276	3.590.324	3.905.902
Acima de 360 dias	-	-	8.542.969	10.523.633	9.240.304	1.668.558	1.295.376	789.130	2.274.266	34.334.236	30.899.299	33.415.659
Total	-	-	11.243.172	15.202.145	13.601.833	4.520.293	4.002.812	2.864.391	12.499.789	63.934.435	58.924.260	57.511.815

(1) Não inclui os adiantamentos sobre contratos de câmbio.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015 (1)
SETOR PÚBLICO	55.362.335	53.154.586	49.406.128
Administração direta	29.051.460	28.015.215	25.649.395
Administração indireta – petroquímico	11.574.424	11.308.664	11.500.923
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	4.207.356	4.169.113	3.843.768
Administração indireta – outros	10.529.095	9.661.594	8.412.042
SETOR PRIVADO	628.799.729	626.332.001	577.403.354
PESSOA JURÍDICA	137.356.094	139.077.776	125.806.312
Comércio varejista	23.570.305	24.428.543	25.424.987
Construção civil	17.343.182	17.291.122	15.471.529
Siderurgia e metalurgia	9.656.204	9.630.222	9.628.957
Energia elétrica	12.451.859	12.167.623	10.274.442
Serviços financeiros	8.244.911	8.457.686	5.987.159
Outras indústrias	7.613.773	7.726.781	8.203.167
Transporte	10.157.297	10.192.010	9.328.953
Agronegócio e extrativismo	5.081.701	5.330.556	2.789.069
Comércio atacadista	7.048.689	7.105.384	6.103.639
Saúde	3.956.311	4.026.272	3.734.703
Saneamento e infraestrutura	5.959.441	5.684.020	3.597.624
Petroquímico	2.121.351	2.497.286	2.320.526
Têxtil	2.159.785	2.047.543	2.041.070
Comunicação	1.517.140	1.538.300	1.563.306
Alimentação	2.250.574	2.321.937	1.935.154
Serviços pessoais	336.048	346.073	373.240
Outros serviços	17.887.523	18.286.418	17.028.787
PESSOA FÍSICA	491.443.635	487.254.225	451.597.042
Total	684.162.064	679.486.587	626.809.482

(1) Não inclui os adiantamentos sobre contratos de câmbio.

(e) Receitas de operação de crédito

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	11.692.239	10.935.160	10.291.059
Financiamentos rurais e agroindustriais	118.449	121.320	87.946
Financiamentos imobiliários	9.050.698	9.195.011	7.537.945
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	1.631.070	2.469.785	1.666.528
Outros créditos	2.926	3.285	1.624
Total	22.495.382	22.724.561	19.585.102

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A CAIXA realiza operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros como estratégia de negócio em suas operações.

A cessão de crédito está alinhada a estratégia operacional da instituição resultando no reconhecimento das receitas e despesas destas operações no resultado da intermediação financeira.

(f.1) Carteiras cedidas

No primeiro trimestre de 2016 foram realizadas cessões onerosas de crédito conforme quadro abaixo:

Descrição	Créditos ativos	Créditos baixados prejuízo	Valor total da cessão	Valor recebido
RCB Planejamento Financeiro LTDA	1.033.898	238.500	1.272.397	65.797
Omni Financeira	980.277	425.838	1.406.115	72.690
Total	2.014.175	664.338	2.678.512	138.487

Resultado com cessão de carteiras			
Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Receitas com vendas ou transferência de carteiras	2.182.643	1.138.080	212.071
Valor recuperado prejuízo (1)	34.362	59.392	63.011
Ativos S.A	-	56.123	-
Omni S/A	22.048	3.269	-
RCB Planejamento Financeiro LTDA	12.314	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	-	63.011
Reversão de provisão (1)	2.014.039	938.289	27.578
Omni S/A	980.141	938.289	-
RCB Planejamento Financeiro LTDA	1.033.898	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	-	27.578
Receitas vinculadas a cessões (2)	134.242	140.399	121.482
RB Capital Securitizadora	134.242	140.399	121.482
Despesas com vendas ou transferências de carteiras	(2.048.171)	(1.017.299)	(146.597)
Despesas vinculadas a cessões (2)	(133.742)	(141.695)	(120.337)
RB Capital Securitizadora	(133.742)	(141.695)	(120.337)
Prejuízos de obrigações p/ operações vinculadas à cessão (1)	(1.914.429)	(875.604)	(26.260)
Ativos S.A	-	(44)	-
Omni S/A	(933.776)	(875.560)	-
RCB Planejamento Financeiro LTDA	(980.653)	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	-	(26.260)
Despesas provisão carteiras cedidas (2)	(4.937)	(15.664)	(31.426)
RB Capital Securitizadora	(4.937)	(15.664)	(31.426)
Resultado	129.535	105.117	34.048

(1) Cessão de créditos sem coobrigação.

(2) Cessão de créditos com coobrigação.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de crédito, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

(f.2) Carteiras adquiridas

Resultado com carteiras adquiridas			
Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Modalidade com coobrigação (1)	15.648	18.325	19.591
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	15.648	18.414	21.233
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	-	(89)	(1.642)
Modalidade sem coobrigação (2)	868.647	839.346	556.870
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	868.657	839.353	556.501
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(10)	(7)	369
Resultado	884.295	857.671	576.461

(1) Carteiras adquiridas dos Bancos: Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB, Banco PAN e Daycoval.

(2) Carteiras adquiridas do Banco PAN.

(g) Concentração dos principais devedores

Descrição	31/03/2016	%	31/12/2015	%	31/03/2015	%
Principal devedor	11.574.424	1,69	11.308.664	1,66	11.500.923	1,83
10 maiores devedores	48.994.342	7,16	47.803.402	7,04	43.095.953	6,88
20 maiores devedores	67.934.620	9,93	66.334.889	9,76	58.105.195	9,27
50 maiores devedores	92.073.090	13,46	89.689.691	13,20	78.990.654	12,60
100 maiores devedores	106.756.874	15,60	104.434.440	15,37	91.577.707	14,61

(h) Movimentação da carteira de renegociação

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Operações renegociadas	4.056.217	3.709.234	2.705.500
Operações comerciais	3.614.758	3.597.739	2.542.563
Operações habitacionais	441.459	111.495	162.937
Operações recuperadas	775.227	683.590	308.035
Operações comerciais	603.496	558.946	290.773
Operações habitacionais	171.731	124.644	17.262

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Saldo inicial	(33.880.851)	(32.069.098)	(26.806.599)
Constituição de provisão no período	(5.842.263)	(15.246.007)	(5.076.015)
Reversão de provisão no período (1)	2.033.671	11.295.211	48.560
Transferência para prejuízo	2.985.845	2.139.043	3.437.428
Saldo final	(34.703.598)	(33.880.851)	(28.396.626)

(1) Variação no 4º trimestre de 2015 refere-se essencialmente às operações de Cessão de créditos.

Nota 9 – Outros créditos**(a) Composição**

Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Créditos por avais e fianças honrados	34.566	30.749	32.033
Carteira de câmbio – nota 9 (c)	5.195.703	5.473.711	3.352.107
Rendas a receber	3.410.716	2.833.916	3.437.641
Dividendos e JCP a receber	650.882	217.944	248.680
Convênios setor privado	74.784	106.535	109.487
Convênios setor público	486.307	499.310	745.375
Administração de fundos de investimento	76.816	61.192	46.959
Administração de fundos e programas sociais	2.080.096	1.901.374	2.273.900
Outras rendas a receber	41.831	47.561	13.240
Negociação e intermediação de valores	288.259	48.313	1.126
Créditos específicos	818.039	836.716	760.186
Diversos – nota 9 (b)	61.956.936	65.706.242	51.582.462
Provisão para outros créditos (1)	(437.691)	(403.971)	(337.954)
Total	71.266.528	74.525.676	58.827.601
Ativo circulante	36.451.883	42.751.379	31.004.533
Ativo não circulante	34.814.645	31.774.297	27.823.068

(1) Provisão para carteira de cartão de crédito com característica de concessão de crédito (Nota 8 (a)).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros créditos – diversos

Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Créditos tributários – (Nota 20 (d))	35.297.173	35.903.427	26.450.335
Devedores por depósitos em garantia – (Nota 30 (c))	14.076.169	13.711.179	12.714.615
Adiantamentos e antecipações salariais	580.549	208.821	555.402
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	-	2.414.154	-
Impostos e contribuições a compensar	718.558	1.136.939	929.386
Cartão de crédito (1)	6.623.224	7.240.589	6.773.962
Prêmio em aquisição de carteiras	1.559.693	1.512.617	1.242.765
Seguros a receber	293.907	195.466	110.279
Créditos adquiridos	457.420	530.574	559.518
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	108.196	138.843	230.458
Valores a receber – royalties	238.665	277.384	16.168
Valores a receber – FND	480.168	451.485	423.490
Valores a receber - correspondentes bancários	99.434	107.097	84.761
Valores a receber - resgate de bônus	107.981	105.906	99.705
Valores a receber - convênios de arrecadação e pagamentos	7.252	8.372	47.188
Valores a receber - créditos administrados	23.082	25.243	26.412
Valores a receber - planos de saúde autogestão	42.717	13.805	32.292
Valores a receber – cessão de créditos	31.225	30.896	-
Valores a receber – avais e fianças honrados	187.304	181.918	103.577
Valores a apropriar (2)	1.746.667	2.280.882	2.268.453
Outros devedores (3)	688.639	641.732	324.783
Desconto em outros ativos financeiros	(1.411.087)	(1.411.087)	(1.411.087)
Total	61.956.936	65.706.242	51.582.462
Ativo circulante	27.120.483	33.912.228	23.734.539
Ativo não circulante	34.836.453	31.794.014	27.847.923

(1) Inclui R\$ 6.420.452 (31/12/2015 – R\$ 7.028.676, 31/03/2015 - R\$ 6.628.530) de créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8 (a)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.

(2) Ativos classificados em contas transitórias, principalmente, liberações de crédito imobiliário e resgates de aplicações financeiras.

(3) Inclui redução no valor recuperável de títulos e créditos a receber de empresas em processo de recuperação judicial no montante de R\$ (108.257).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Carteira de câmbio

Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Ativo - outros créditos			
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira	16.906	26.236	22.072
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional	5.093.257	5.368.387	3.292.575
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE	93.542	80.092	41.190
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(8.002)	(1.004)	(3.730)
Ativo circulante	5.195.703	5.473.711	3.352.107
Passivo - outras obrigações			
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	135.439	52.011	150.661
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	4.745.979	4.489.402	2.489.605
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE	(4.613.486)	(4.437.178)	(2.334.877)
Passivo circulante (Nota 18 (a))	267.932	104.235	305.389

(c.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre (Nota 3(t))
Receitas	(17.794)	8.958.989	6.817.048
Disponibilidade em moeda estrangeira	(57.676)	8.919.632	6.792.661
Títulos emitidos no exterior	-	-	-
Outras	39.882	39.357	24.387
Despesas	(718.173)	(9.397.762)	(5.340.235)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(717.873)	(9.397.502)	(5.327.253)
Títulos emitidos no exterior	-	-	(12.794)
Outras	(300)	(260)	(188)
Resultado de câmbio	(735.967)	(438.773)	1.476.813

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por:

- Bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável;
- Despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação do décimo terceiro salário dos empregados (31/03/2016 e 31/03/2015);
- Estoque de material de consumo.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Bens não de uso próprio	3.042.578	2.654.566	1.674.023
Imóveis patrimoniais não de uso	478.666	403.467	232.497
Imóveis adjudicados/arrematados	2.563.912	2.251.099	1.441.526
Despesas antecipadas	77.578	21.267	115.084
Material de consumo	37.687	34.845	32.247
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	(137.858)	(133.958)	(93.048)
Total	3.019.985	2.576.720	1.728.306

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Saldo inicial	(133.958)	(106.120)	(90.591)
Constituição	(20.968)	(38.070)	(8.793)
Baixas	17.068	10.232	6.336
Saldo final	(137.858)	(133.958)	(93.048)

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas**a) Reorganização Societária do segmento Seguridade da CAIXA**

Em 27/05/2015, a CAIXA constituiu como subsidiária integral a empresa CAIXA Seguridade, inscrita sob o CNPJ nº 22.543.331/0001-00, tendo como objeto social a aquisição de participações societárias ou a participação, direta ou indireta, como sócia ou quotista do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, cujo objeto social seja a estruturação e comercialização de seguros nos diversos ramos, planos de previdência complementar e planos de capitalização, administração, comercialização e disponibilização de planos privados de assistência médica e odontológica, corretagem desses produtos, além da estruturação, administração e comercialização de consórcios e realização de operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior.

No contexto de estruturação societária, a CAIXA Seguridade, em 30/06/2015, absorveu diretamente as principais participações societárias relacionadas ao ramo de seguridade detidas pela CAIXA e por sua subsidiária integral Caixa Participações S.A. ("CAIXAPAR"), conforme descrito a seguir:

- I. 100% das ações da CAIXA Operadora S.A., constituída em 27/05/2015 como subsidiária integral da CAIXA, absorvida pela CAIXA Seguridade em 30/06/2015;
- II. 49,00% das ações da Panamericana Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. ("PAN Corretora") Adquirida em 29/12/2014 pela CAIXAPAR;
- III. 48,99% das ações da PAN Seguros S.A. ("PAN Seguros") Adquirida em 19/06/2015 pela CAIXAPAR;
- IV. 48,21% das ações da Caixa Seguros Holding S.A. ("CAIXA Seguros") Incorporada em 26/02/2010 pela CAIXAPAR.

A Administração da CAIXA Operadora, representada por sua única acionista Caixa Seguridade Participações S.A, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 28/07/2015, deliberou, principalmente, sobre as seguintes matérias:

- I. Alteração da denominação social da Companhia, que passa a ser designada Caixa Holding Securitária S.A. ("CAIXA Securitária");
- II. Alteração do objeto social da Companhia, que passa a contemplar, exclusivamente, a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP."

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- III. Aumento do capital social de R\$ 100, totalmente integralizado, para R\$ 363.740, mediante cessão à Companhia das ações representativas do capital social da PAN Seguros e das quotas representativas do capital social da PAN Corretora, anteriormente pertencentes à CAIXA Seguridade.

Principais participações diretas e indiretas da **CAIXA Seguridade**:

CAIXA Seguros Holding S.A: Sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social a participação como acionista ou sócia, em sociedades empresariais que exploram atividades de seguro em todos os ramos, incluindo saúde dental; planos de capitalização; planos de previdência privada aberta, nas modalidades pecúlio e renda; administração de consórcio; e atividades correlatas ou complementares às descritas anteriormente. O capital social da CAIXA Seguros Holding encontra-se dividido, predominantemente, entre o grupo francês CNP Assurances com 51,75% das ações e a CAIXAPAR com 48,21% das ações. Em 30/06/2015, houve cisão parcial da CAIXAPAR com transferência dessa participação societária para a CAIXA Seguridade.”

CAIXA Holding Securitária: Subsidiária integral da CAIXA Seguridade, foi constituída em 27/05/2015 com o objetivo social de gerir a comercialização e distribuição de (i) seguros de pessoas, de patrimônio, rural, de crédito, garantia, de automóveis ou qualquer outro tipo de seguro; (ii) planos de previdência complementar, bem como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de previdência complementar; (iii) planos de capitalização, bem como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização; (iv) cotas de grupos de consórcio; (v) seguros de assistência médica e odontológica às pessoas jurídicas e/ou físicas; (vi) quaisquer produtos ou serviços regulados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pela Agência Nacional de Saúde (ANS) ou pelo Banco Central do Brasil (BACEN), relativos a grupo de consórcios.

PAN Seguros: Sociedade anônima de capital fechado que tem como objetivo a exploração nos segmentos de seguros de pessoas (jurídicas e físicas), prestamista, habitacional, danos pessoais (DPVAT) e seguros de danos. Em 29/12/2014, o controle acionário da PAN Seguros passou a ser da BTG Pactual Seguradora S.A. (“BTG”) conforme contrato de compra e venda de ações celebrado entre a BTG e o Banco PAN S.A. Em 31/12/2014, a PAN Seguros efetuou a incorporação reversa da BTG pelo valor de R\$ 550.406 e, se tornou controlada direta da BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. Com participação de 99,99%. Em 19/06/2015, a CAIXAPAR adquiriu 48,99% das ações da PAN Seguros conforme acordado no contrato de opção de compra de ações e outras avenças firmado em 21/08/2014 com a BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. Posteriormente, a CAIXAPAR realizou a cisão parcial da participação total da PAN Seguros para a CAIXA Seguridade em 30/06/2015.

PAN Corretora: Empresa de capital fechado e empreendimento controlado em conjunto pela BTG Pactual Holding de Seguros e CAIXAPAR com as participações de 51,00% e 49,00%, respectivamente. Tem como objetivo a administração, orientação e corretagem de seguros dos ramos elementares, seguros do ramo de vida e planos previdenciários. Em 30/06/2015, a CAIXAPAR efetuou a cisão parcial da participação da PAN Corretora para a CAIXA Seguridade.

A Administração da CAIXA Seguridade Participações S.A, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30/12/2015, aprovou:

- I. A incorporação da Reserva de Capital ao Capital Social da Companhia, no valor de R\$ 457.720, sem alteração do número de ações;
- II. A redução de Capital Social no valor de R\$ 500.000, sem cancelamento de ações, por considerá-lo excessivo nos termos do artigo 173 da Lei nº. 6.404/76. O acionista receberá a título de restituição de parte do valor de suas ações o montante de R\$ 0,416666 por ação;
- III. O Capital Social da Companhia passou a ser de R\$ 2.756.687;
- IV. A redução de Capital Social se tornará efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação da ata da Assembleia Geral Extraordinária, prazo para oposição de credores conforme previsto no artigo 174 da Lei 6.404/76.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias:

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR e a CAIXA Seguridade exercem influência significativa ou possuem controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Carteira de participações societárias da CAIXAPAR	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.552	112.732.358	49,00	40,35
Branes	40.975.186	-	37,25	37,25
Capgemini	63.764.544	-	24,19	22,05
Cia. Brasileira de Securitização – CIBRASEC	6.000	-	9,09	9,09
Crescer	30.435.197	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.779	837.031.603	0,01	33,33
TECBAN	375.508.013	-	10,00	10,00

Carteira de participações societárias da CAIXA Seguridade	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
CAIXA Securitária (1)	100.000	-	100,00	100,00
PAN Seguros	166.210.711	51.313	48,99	48,99
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.239.226	-	48,21	48,21

(1) A participação societária na CAIXA Seguridade, consolidada na CAIXA, refere-se à posição consolidada deste investimento. Desta forma, a participação de 100% da CAIXA Seguridade na CAIXA Securitária é eliminada quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade.

Descrição	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial		
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015	2016	2015	
				1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
CAIXA Seguros Holding	2.495.072	2.635.360	2.612.357	203.385	180.074	233.035
Banco PAN	1.134.295	1.183.161	994.167	(47.721)	7.586	(60.924)
Capgemini	162.727	177.957	228.782	(15.230)	(23.471)	(8.110)
Elo Serviços	20.482	18.542	16.703	1.940	266	1.773
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.783	6.956	6.878	47	70	22
Crescer	-	-	436	(1.172)	(1.775)	2.407
Branes	1.841	1.841	1.801	1	1	(40)
BIAPE	254	238	611	(7)	-	(9)
FGO – Fundo Garantia de Operações	95.402	76.069	79.347	-	-	-
FGHAB – Fundo Garantidor Habitação Popular	265.200	262.766	222.790	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações	32.277	32.428	32.618	(181)	(522)	(6.442)
TECBAN	106.774	107.004	60.645	(228)	(362)	1.670
PAN Corretora	30.641	29.381	26.000	1.260	1.364	1.501
PAN Seguros (1)	364.459	353.709	-	10.879	7.361	-
Outros Investimentos (2)	6.926	4.734	8.932	-	-	-
Total	4.723.133	4.890.146	4.292.067	152.973	170.592	164.883

(1) PAN Seguros: Empresa adquirida pela CAIXAPAR em 18 de junho de 2015, foi objeto de cisão e incorporação pela CAIXA Seguridade S.A em 30/06/2015 - Nota 11 (a).

(2) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação do Ágio (Banco PAN e Capgemini)	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Saldo anterior	180.531	191.189	226.159
Amortizações	(8.846)	(10.658)	(11.640)
Saldo atual	171.685	180.531	214.519

Nota 12 – Imobilizado de uso

Com o índice de imobilização apurado de 14,48% (31/12/2015 – 14,34%, 31/03/2015 – 14,26%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

Composição do imobilizado de uso							
Descrição	31/03/2016			31/12/2015			31/03/2015
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Imóveis de uso	1.626.599	(575.036)	1.051.563	1.590.668	(518.560)	1.072.108	927.664
Edificações	1.565.406	(575.036)	990.370	1.529.447	(518.560)	1.010.887	865.931
Terrenos	61.193	-	61.193	61.221	-	61.221	61.733
Reavaliações de imóveis de uso	712.592	(196.761)	515.831	715.978	(192.466)	523.512	547.289
Edificações	521.523	(196.761)	324.762	524.127	(192.466)	331.661	350.953
Terrenos	191.069	-	191.069	191.851	-	191.851	196.336
Outras imobilizações de uso	7.403.343	(5.179.988)	2.223.355	7.295.520	(5.026.378)	2.269.142	2.302.867
Imobilizações em curso	23.840	-	23.840	23.881	-	23.881	32.458
Inst., móveis e equip. de uso	1.634.316	(870.265)	764.051	1.606.314	(849.561)	756.753	667.087
Sistema de comunicação	91.418	(77.854)	13.564	91.424	(77.158)	14.266	16.728
Sistema de proc.de dados	5.227.230	(3.920.525)	1.306.705	5.154.717	(3.799.290)	1.355.427	1.475.126
Sistema de transporte e segurança	426.539	(311.344)	115.195	419.184	(300.369)	118.815	111.468
Total	9.742.534	(5.951.785)	3.790.749	9.602.166	(5.737.404)	3.864.762	3.777.820

Movimentação do imobilizado de uso							
Descrição	31/12/2015	Transferências	Adições	Baixas	Depreciação	31/03/2016	31/03/2015
Imóveis de uso	1.072.108	152	54.017	(234)	(74.480)	1.051.563	927.664
Edificações	1.010.887	53	54.017	(107)	(74.480)	990.370	865.931
Terrenos	61221	99	-	(127)	-	61.193	61.733
Reaval. de imóveis de uso	523.512	-	-	(2.356)	(5.325)	515.831	547.289
Edificações	331.661	-	-	(1.574)	(5.325)	324.762	350.953
Terrenos	191851	-	-	(782)	-	191.069	196.336
Outras imobilizações de uso	2.269.142	(152)	113.417	(993)	(158.059)	2.223.355	2.302.867
Imobilizações em curso	23881	(151)	110	-	-	23.840	32.458
Inst., móveis e equip. de uso	756.753	(1.218)	31.366	(17)	(22.833)	764.051	667.087
Sistema de comunicação	14.266	-	-	(2)	(700)	13.564	16.728
Sistema de proc.de dados	1.355.427	1.192	74.610	(974)	(123.550)	1.306.705	1.475.126
Sist. de transp./segurança	118.815	25	7.331	-	(10.976)	115.195	111.468
Total	3.864.762	-	167.434	(3.583)	(237.864)	3.790.749	3.777.820

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Intangível

Descrição	31/03/2016				31/12/2015				31/03/2015
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	3.027.831	(1.086.935)	(6.629)	1.934.267	2.905.765	(992.807)	(6.804)	1.906.154	1.933.662
Outros ativos intangíveis	366.655	(61.493)	-	305.162	366.655	(57.614)	-	309.041	320.755
Projetos logiciais - Software	1.428.674	(375.140)	-	1.053.534	1.384.938	(352.593)	-	1.032.345	878.013
Total	4.823.160	(1.523.568)	(6.629)	3.292.963	4.657.358	(1.403.014)	(6.804)	3.247.540	3.132.430

Descrição	31/12/2015	31/03/2016			31/03/2015	
	Líquido	Movimentação			Líquido	Líquido
		Adições	Baixas	Amortizações		
Aquisição de folha de pagamento	1.906.154	200.603	(14.826)	(157.664)	1.934.267	1.933.662
Outros ativos intangíveis	309.041	-	-	(3.879)	305.162	320.755
Projetos logiciais - Software	1.032.345	65.381	-	(44.192)	1.053.534	878.013
Total	3.247.540	265.984	(14.826)	(205.735)	3.292.963	3.132.430

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Depósitos à vista – sem remuneração	25.960.791	27.414.590	25.813.088
Pessoas físicas	11.749.649	12.800.437	11.652.176
Pessoas jurídicas	10.665.821	10.703.860	11.051.858
Vinculados	2.081.424	2.071.944	1.821.363
Governo	855.944	1.343.474	771.547
Moedas estrangeiras	2.122	54.540	32.632
Instituições do sistema financeiro	24.496	36.620	61.386
Entidades públicas	372.597	215.008	289.095
Contas encerradas	20.300	18.195	-
Outros	188.438	170.512	133.031
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	238.407.815	241.362.624	233.150.487
Pessoas físicas	235.240.995	237.999.158	230.984.736
Pessoas jurídicas	2.267.938	2.482.363	2.163.390
Vinculados	2.241	2.323	2.361
Contas encerradas	896.641	878.780	-
Depósitos interfinanceiros	1.579.466	2.426.627	2.354.188
Depósitos a prazo	174.095.936	168.918.281	148.433.438
Remuneração prefixada	80.911.636	80.156.145	70.647.278
Depósitos a prazo em moeda nacional	80.911.636	80.156.145	70.647.278
Remuneração pós-fixada	93.184.300	88.762.136	77.786.160
Depósitos a prazo em moeda nacional	29.353.134	26.730.337	22.578.427
Depósitos judiciais com remuneração	63.831.166	62.031.799	55.207.733
Depósitos especiais e de fundos e programas (Nota 14 (c))	10.256.269	14.540.011	10.678.328
Sem remuneração	267.528	271.022	275.180
Remuneração prefixada	573.753	557.968	504.835
Remuneração pós-fixada	9.414.988	13.711.021	9.898.313
Outros	53	-	-
Total	450.300.330	454.662.133	420.429.529
Passivo circulante	357.575.907	367.127.623	341.589.258
Passivo não circulante	92.724.423	87.534.510	78.840.271

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Depósitos à vista	25.960.791	-	-	-	25.960.791	27.414.590	25.813.088
Depósitos de poupança	238.407.815	-	-	-	238.407.815	241.362.624	233.150.487
Depósitos interfinanceiros	-	913.655	343.829	321.982	1.579.466	2.426.627	2.354.188
Depósitos a prazo	63.842.851	6.438.912	11.411.732	92.402.441	174.095.936	168.918.281	148.433.438
CDB	11.685	6.438.912	11.411.732	92.402.441	110.264.770	106.872.896	93.210.965
Depósitos judiciais	63.831.166	-	-	-	63.831.166	62.031.799	55.207.733
Outros	-	-	-	-	-	13.586	14.740
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.256.269	-	-	-	10.256.269	14.540.011	10.678.328
Outros	53	-	-	-	53	-	-
Total	338.467.779	7.352.567	11.755.561	92.724.423	450.300.330	454.662.133	420.429.529

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Depósitos de poupança	(4.497.174)	(4.555.817)	(3.948.570)
Depósitos interfinanceiros	(54.310)	(67.501)	(66.448)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(3.591.959)	(3.581.795)	(2.544.859)
Depósitos judiciais	(1.033.047)	(1.027.478)	(761.615)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(455.238)	(457.914)	(315.914)
Outras captações	(185.075)	(179.724)	(168.455)
Total	(9.816.803)	(9.870.229)	(7.805.861)

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	4.094.150	8.569.202	5.078.077
Depósitos - Especiais com remuneração	2.043.219	2.064.505	1.862.146
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (d.2)	1.482.439	1.553.768	1.566.617
Depósitos – FISANE	9.909	9.722	9.164
Depósitos – PRODEC	57.178	56.088	52.909
Programa de Integração Social – PIS	241.365	150.246	119.692
Fundo Garantia Safra – FGS	45.199	22.768	15.888
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	211.554	104.815	60.517
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	455.467	426.318	378.632
Depósitos - Pró-frota Pesqueira	8.254	8.107	8.107
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	7.984	8.050	10.913
Depósitos – PREVHAB	722.407	701.267	640.463
Saúde CAIXA	267.528	271.022	275.180
Outros	609.616	594.133	600.023
Total	10.256.269	14.540.011	10.678.328

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	2016	2015	
		1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Depósitos - FGTS	Selic	(242.168)	(253.022)	(183.538)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(29.561)	(30.233)	(27.419)
Depósitos - FISANE	TR	(187)	(191)	(154)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.090)	(1.117)	(862)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(41.707)	(39.627)	(16.852)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(702)	(1.551)	-
Depósitos - FAR	Selic	(22.093)	(16.633)	(450)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(14.326)	(14.730)	(3.921)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(12.170)	(12.129)	(10.885)
Depósitos - FAS	TR	(35)	(42)	(9.148)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(22.806)	(22.847)	(25)
Depósitos - Caução	TR	(3.577)	(4.041)	(17.603)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(14.223)	(15.331)	(2.070)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(12.010)	(17.377)	(11.508)
Outros		(38.583)	(29.043)	(31.479)
Total		(455.238)	(457.914)	(315.914)

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e, à medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT nº 439/2005 e nº 489/2006.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT		31/03/2016			31/12/2015			31/03/2015		
		Forma	Data	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas				143.771	1.263.931	1.407.702	159.585	1.319.488	1.479.073	136.326	1.355.794	1.492.120
Proger urbano				80.878	988.116	1.068.994	96.290	1.021.184	1.117.474	70.777	994.621	1.065.398
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	80.878	988.116	1.068.994	96.290	1.021.184	1.117.474	70.777	994.621	1.065.398
FAT infraestrutura				62.595	271.239	333.834	62.920	293.584	356.504	64.308	357.728	422.036
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	62.595	271.239	333.834	62.920	293.584	356.504	64.308	357.728	422.036
FAT – PNMPO				298	4.576	4.874	375	4.720	5.095	1.241	3.445	4.686
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	298	4.576	4.874	375	4.720	5.095	1.241	3.445	4.686
Linhas de crédito especiais				430	74.307	74.737	417	74.278	74.695	308	74.189	74.497
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	430	74.307	74.737	417	74.278	74.695	308	74.189	74.497
Total				144.201	1.338.238	1.482.439	160.002	1.393.766	1.553.768	136.634	1.429.983	1.566.617

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Captações no mercado aberto

(a) Composição

Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Carteira própria (1)	84.686.853	94.785.099	84.899.690
Letras financeiras do tesouro	4.484.490	42.991	39.050
Letras do tesouro nacional	37.804.232	64.294.891	45.338.096
Notas do tesouro nacional	34.629.626	22.689.765	31.964.422
Debêntures	7.467.696	7.285.266	7.051.322
Certificados de recebíveis imobiliários	300.809	472.186	506.800
Carteira de terceiros	155.913.374	99.476.122	76.782.299
Letras financeiras do tesouro	-	-	15.125.892
Letras do tesouro nacional	22.032.694	30.798.362	5.541.811
Notas do tesouro nacional	133.880.680	68.677.760	56.114.596
Livre movimentação	3.698.288	-	-
Letras do tesouro nacional	3.698.288	-	-
Total	244.298.515	194.261.221	161.681.989
Passivo circulante	228.388.499	186.597.458	154.629.570
Passivo não circulante	15.910.016	7.663.763	7.052.419

(1) Valores calculados considerando o PU de lastro (PU de Garantia) do papel vinculado.

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Carteira própria	(2.865.707)	(3.124.055)	(2.237.202)
Carteira de terceiros	(4.598.601)	(3.422.943)	(3.225.137)
Carteira de livre movimentação	(620)	(6.231)	(649)
Total	(7.464.928)	(6.553.229)	(5.462.988)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos
(a) Recursos de letras

Depósitos	Indexador	Vencimento				31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Letra hipotecária	IGP-M	-	-	-	690.351	690.351	687.723	618.642
Letra hipotecária	INPC	-	-	-	14.320	14.320	15.029	12.926
Letra hipotecária	TR	-	-	-	-	-	-	187
Letra imobiliária	IGP-M	-	-	-	10.257	10.257	9.962	9.192
Letra imobiliária	CDI	14.991.703	17.183.623	34.994.531	45.412.172	112.582.029	111.221.734	98.081.600
Letra financeira	CDI	3.284.382	15.368.050	7.543.546	8.891.049	35.087.027	39.670.266	39.112.166
Letra financeira	IPCA	-	-	-	1.101.869	1.101.869	1.052.891	855.233
Letra de crédito do agronegócio	CDI	118.023	88.616	393.232	337.391	937.262	1.029.810	1.724.967
Total		18.394.108	32.640.289	42.931.309	56.457.409	150.423.115	153.687.415	140.414.913
Passivo circulante						93.965.705	91.498.789	55.238.450
Passivo não circulante						56.457.410	62.188.626	85.176.463

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas com recursos de letras

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Letras imobiliárias	(3.221.418)	(3.219.590)	(2.344.759)
Letras hipotecárias	(38.636)	(44.158)	(28.981)
Letras financeiras	(1.383.261)	(1.454.073)	(1.159.686)
Letras de crédito do agronegócio	(29.953)	(43.498)	(46.711)
Total	(4.673.268)	(4.761.319)	(3.580.137)

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A CAIXA realiza emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo para financiamento de suas operações ativas. Foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores, cujas características são apresentadas a seguir e 1 subordinada, apresenta na Nota 18 (d1).

Título	Moeda	Valor emitido (1)	Remuner. a.a.	Data Captação	Vencim.	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
1ª série	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	3.573.268	3.865.055	3.235.826
2ª série	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.705.388	1.812.940	1.624.259
3ª série	US\$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	4.613.046	4.947.455	4.084.009
4ª série	US\$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	4.720.866	5.077.494	4.229.584
Total						14.612.568	15.702.944	13.173.678

(1) Valores em US\$.

(d) Resultado com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre (Nota 3 (t))
Despesa de TVM no exterior - sem subordinação	1.093.115	(384.482)	(2.431.123)
Despesa de TVM no exterior - com subordinação	143.903	79.161	(328.376)
Total	1.237.018	(305.321)	(2.759.499)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Repases no país	213.674.574	207.682.167	183.059.923
FGTS	178.571.809	172.210.084	149.255.332
BNDES	32.034.191	32.377.811	30.815.612
Tesouro Nacional – PIS	593.637	678.164	689.697
Fundo Marinha Mercante	2.228.414	2.228.930	2.045.791
Outras instituições	246.523	187.178	253.491
Repases no exterior	56.447	59.184	-
Empréstimos no exterior	7.351.433	14.337.557	9.344.936
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	4.917.025	4.726.401	2.949.396
Demais linhas de crédito	2.434.408	9.611.156	6.395.540
Total de obrigações por empréstimos e repases	221.082.454	222.078.908	192.404.859
Passivo circulante	7.334.329	8.783.700	8.973.325
Passivo não circulante	213.748.125	213.295.208	183.431.534

(a) Repases no país

Compostos por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repases estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,12 % a.a. (habitação 5,00 % a.a., infraestrutura 5,89 % a.a. e saneamento 6,18 % a.a.) e prazo médio de retorno de 252 meses (habitação 259 meses, infraestrutura 242 meses e saneamento 181 meses).

(b) Repases no exterior

O saldo de repases no exterior, referente contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo estão sujeitos à variação cambial do dólar americano (US\$), taxa de juros de 0,8% a.a., acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

(c) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente por empréstimos tomados junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 2,38% a.a. e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, com vencimentos até 2017. Os demais recursos tomados no exterior referem-se a captação de linhas de crédito, sujeitos a taxa de juros de até 2,76% a.a. e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2017.

(d) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre (Nota 3 (t))
Repases no país	(4.063.782)	(4.236.854)	(3.356.911)
FGTS	(3.478.858)	(3.534.907)	(2.632.541)
BNDES	(563.580)	(630.399)	(431.882)
Tesouro Nacional – PIS	(12.361)	(14.766)	(12.675)
Fundo Marinha Mercante	11.661	(34.545)	(261.753)
Outras instituições	(20.644)	(22.237)	(18.060)
Repases no exterior	6.767	(149)	-
Empréstimos no exterior	1.193.524	(162.821)	(1.411.631)
Total	(2.863.491)	(4.399.824)	(4.768.542)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

Descrição	31/03/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))	31/03/2015 (Nota 3 (t))
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.420.729	353.726	1.370.928
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	267.932	104.235	305.389
Sociais e estatutárias	715.100	2.933.544	584.890
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.688.090	3.232.649	2.573.365
Negociação e intermediação de valores	4.202	3.073	136.172
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	11.719.106	12.222.859	8.925.914
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	2.234.878	1.799.266	2.471.771
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	24.031.633	24.118.921	20.451.374
Diversas (Nota 18 (e))	53.023.036	53.282.405	48.462.141
Total	95.104.706	98.050.678	85.281.944
Passivo circulante	55.427.576	54.095.412	49.709.017
Passivo não circulante	39.677.130	43.955.266	35.572.927

(b) Fiscais e previdenciárias

Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Tributos sobre salários a recolher	479.099	438.803	458.538
Tributos sobre serviços a recolher	281.270	415.575	236.093
Tributos sobre lucros a recolher	285.751	184.376	603.717
Imposto de renda	10.538	14.413	202.971
Contribuição social	4.565	3.647	127.295
COFINS	234.315	146.571	232.700
PASEP	36.333	19.745	40.751
Tributos diferidos	499.816	2.026.544	1.105.588
Reavaliação – edificações	125.187	127.238	139.646
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	275.961	264.045	302.772
Contratos futuros	98.668	1.635.261	631.212
Tarifas a receber da União	-	-	31.958
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	142.154	167.351	169.429
Total	1.688.090	3.232.649	2.573.365
Passivo circulante	1.562.903	3.105.411	2.433.719
Passivo não circulante	125.187	127.238	139.646

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Fundos e programas sociais	9.137.433	9.305.546	7.470.725
FGTS	4.458.028	4.777.286	3.559.055
Minha Casa Minha Vida	4.017.266	3.919.855	2.910.594
Programa de subsídio à habitação (PSH)	297.785	295.477	276.654
Programas de transferência de renda	239.282	195.751	157.627
Outros fundos e programas	125.072	117.177	566.795
Fundos financeiros e de desenvolvimento	1.884.569	1.509.771	678.298
PIS	1.586.981	1.258.833	676.877
FAT	296.138	249.494	-
FINSOCIAL	1.450	1.444	1.421
Operações com loterias	697.104	1.407.542	776.891
Total	11.719.106	12.222.859	8.925.914

(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital**(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II**

A CAIXA possui 19 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 06 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 01 Nota Subordinada – NS no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes.

O valor total captado por meio destes IFS compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência – PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – IDS

A CAIXA possui 06 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/13, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos anos de 2005, 2011, 2012, 2014 e 2015.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Letras Financeiras Subordinadas – LFS

A CAIXA possui 12 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R\$ 234.900, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota Subordinada – NS

A CAIXA captou com sucesso US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 16/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (*call*) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de “absorção de perdas” com eventual *write off* de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal inferior a 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) Determinação pelo Banco Central do Brasil de não viabilidade do banco.

Em outubro de 2014 o BACEN considerou a NS elegível. Assim, a partir de outubro de 2014 o instrumento passou a compor o Nível II do Patrimônio de Referência da CAIXA.

Vencim.	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amort.	Impacto Hedge Contábil Risco de Mercado	Saldo devedor 31/03/2016	Saldo devedor 31/12/2015	Saldo devedor 31/03/2015
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS									
fev/20	6,30%	out/05	3.439.717	2.647.373	(2.677.077)	-	3.410.013	3.611.408	4.201.364
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	1.072.714	-	-	4.072.714	3.995.860	3.730.386
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	730.580	-	-	3.730.580	3.668.116	3.456.082
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	302.343	-	-	3.302.343	3.246.532	3.079.890
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	341.283	-	-	4.341.283	4.271.464	4.064.967
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	106.475	-	-	3.106.475	3.056.866	-
Letra Financeira elegível – Nível II									
jun/20	110%CDI	jun/14	10.000	2.705	-	-	12.705	12.265	11.029
jul/19	110%CDI	jul/14	17.400	4.510	-	-	21.910	21.153	19.021
dez/21	110%CDI	dez/14	1.500	297	-	-	1.797	1.735	1.560
jun/24	100%IPCA	jun/14	200.000	64.281	-	(21.289)	242.992	251.919	223.885
fev/25	100% IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	243	-	(62)	1.381	1.379	1.229
fev/25	100% IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	239	-	(78)	1.361	1.374	1.224
fev/25	100% IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	494	-	(211)	2.683	2.762	2.462
mar/25	100% IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	235	-	(112)	1.323	1.369	1.221
TVM no exterior elegível – Nível II									
jul/24	7,25%	jul/14	1.106.450	729.501	-	(53.878)	1.782.073	1.974.719	1.657.054
Total			20.781.067	6.003.273	(2.677.077)	(75.630)	24.031.633	24.118.921	20.451.374

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: www.caixa.gov.br, menu “Sobre a Caixa”.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal e não tem instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como IHCD. A concessão foi formalizada em 24/05/2007, por meio de contrato particular nº 348 celebrado entre a União e a CAIXA.

Em 13/10/2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, em outubro de 2009 a CAIXA firmou o contrato IHCD nº 504, com a liberação dos valores em duas tranches: R\$ 2.000.400 em outubro de 2009 e R\$ 3.999.600 em janeiro de 2010.

Em 20/09/2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como capital. Nesse sentido a CAIXA assinou os contratos IHCD nº 752 e nº 754 em setembro de 2012 nos valores de R\$ 6.800.000 e R\$ 6.200.000, respectivamente.

Os IHCD nº 348, 504, 752 e 754 foram contratados durante a vigência da Resolução CMN nº. 3.444/07, com cláusulas aderentes à qualificação como Capital a ser utilizado no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência, observados os limitadores existentes à época.

Em observação às Medidas Provisórias nºs 600/12 e 620/13 e em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, em junho de 2013, a CAIXA e a União assinaram dois Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R\$ 8.000.000 (Contratos nº 868 de R\$ 3.000.000 e nº 869 de R\$ 5.000.000). Em agosto de 2013, o BACEN considerou estes contratos elegíveis ao Nível I – Capital Principal do Patrimônio de Referência.

Haja vista a implementação das regras de Basileia III a partir de outubro de 2013, a CAIXA assinou em novembro de 2013 aditivos aos contratos nº 348, 504, 752 e 754 para adequação à Resolução CMN nº 4.192/13, sendo realizada nova solicitação ao Banco Central do Brasil – BACEN para elegibilidade da dívida como Nível I – Capital Principal.

Enquanto aguardava-se a autorização do BACEN para a classificação destes instrumentos híbridos como Nível I – Capital Principal, a partir de outubro de 2013 os contratos passaram a ser considerados como Nível I – Capital Complementar e tiveram o percentual de 10% a.a. aplicados como redutor, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.192/13.

Em julho de 2014 o BACEN considerou os contratos nºs 348, 504, 752 e 754 elegíveis ao Nível I – Capital Principal do PR da CAIXA. Assim, o valor integral dos contratos passou a constar no Capital Principal da instituição e o redutor de 10% a.a. aplicado até junho de 2014 deixou de ser considerado.

A Resolução CMN nº 4.192/13 determina, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de Capital Principal.

Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras Obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital, perfazendo um montante de R\$ 2.234.878 em 31/03/2016 (31/12/2015 – R\$ 1.799.266; 31/03/2015 – R\$ 2.471.771).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Diversas

Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Passivos atuariais - benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	16.192.092	15.744.858	12.057.663
Saúde Caixa	12.430.322	12.068.398	9.653.231
Auxílio e cesta alimentação	1.110.353	1.097.455	865.562
Planos de benefícios - previdência privada	2.651.417	2.579.005	1.538.870
Provisões para pagamentos a efetuar	4.760.835	4.429.195	4.518.259
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	13.790.699	14.655.218	12.743.541
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	4.155.685	3.860.506	3.054.725
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	3.004.819	3.030.517	2.793.301
Financiamentos imobiliários a liberar	3.360.724	3.777.476	6.755.736
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	1.176	1.306	1.800
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	5.229.226	5.392.832	5.175.297
Obrigações por convênios	629.186	710.351	599.642
Obrigações por contribuições ao SFH	28.143	28.211	69.854
Recursos do FGTS para amortizações	764.435	682.954	503.836
Valores a pagar a sociedades ligadas (3)	1.103.035	965.690	188.372
Credores diversos exterior	2.981	3.291	115
Total	53.023.036	53.282.405	48.462.141

- (1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.
- (2) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3533/2008
- (3) Variação apresentada em 2015 refere-se a incremento da obrigação vinculada à aquisições de carteiras de crédito sem coobrigação com o Banco PAN.

(f) Credores diversos – País

Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Cartões de crédito	6.272.934	7.126.843	6.787.006
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	35.085	40.909	65.787
Fornecedores	898.277	952.810	808.552
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	521.967	477.028	505.860
Crédito comercial – repasses	157.794	187.549	172.077
Crédito imobiliário – repasses	649.522	863.872	750.759
Obrigações com a União – repasses	46.880	45.777	42.209
Outros credores – poupança simplificada	500.121	500.121	500.184
Contas a pagar	116.151	141.894	159.576
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	62.131	59.673	56.807
Valores a restituir – penhor	95.133	91.445	95.623
Valores a apropriar (2)	4.026.269	3.953.131	2.466.192
Outros credores diversos	408.435	214.166	332.909
Total	13.790.699	14.655.218	12.743.541

- (1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.
- (2) Passivos classificados em contas transitórias, principalmente, arrecadações de empréstimos comerciais e financiamentos habitacionais.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 19 – Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28/03/2013, aprovou o Estatuto da CAIXA. Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (going-concern).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas.

Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Assim, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação. A tabela a seguir apresenta a posição dos contratos.

Discriminação	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Contrato 348	7.411.895	7.411.895	7.303.701
Contrato 504	7.564.073	7.564.073	7.453.659
Contrato 752	6.800.000	6.800.000	6.800.000
Contrato 754	6.310.598	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869	8.000.000	8.000.000	8.000.000
Total	36.086.566	36.086.566	35.867.958

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Em abril de 2015 houve pagamento dos juros dos IHCD e incorporação da atualização monetária referentes ao exercício de 2014. A atualização monetária referente à competência 2015 será incorporada em 2016, após o pagamento dos juros remuneratórios deste exercício.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 13,69% (Nota 33), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Reservas de Reavaliação	395.306	400.384	398.783
Reservas de Lucros	9.213.994	9.269.290	5.829.745
Reserva legal	2.617.409	2.617.409	2.325.326
Reserva estatutária – loterias	2.782.368	2.782.368	2.159.653
Reservas margem operacional	3.814.217	3.869.513	1.344.766

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em 2015, a CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes para distribuição de resultado e aprovou a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, que apresenta limites prudenciais de capital para o Capital Principal, Nível I e Basileia de 1,5 p.p. acima do mínimo regulatório estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

De acordo com a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, a distribuição de resultado do exercício é de 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado (LLA). Pode, excepcionalmente, a) ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do LLA, desde que sejam respeitados os limites prudenciais e suas respectivas projeções para os próximos 24 meses; ou b) ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do LLA, observada a distribuição mínima legal de 25%, quando a projeção para os próximos 12 meses indicar desenquadramento dos limites prudenciais estabelecidos.

Assim, são assegurados dividendos sobre o LLA de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio perfaz um montante de R\$ 587.337 (31/03/2015 – R\$ 397.770) e proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R\$ 264.302 no 1º trimestre de 2016 (R\$ 159.108 no 1º trimestre de 2015).

Em atendimento à Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado da CAIXA e considerando a aprovação pelos Conselhos Diretor e de Administração, com opinamento favorável do Conselho Fiscal, a CAIXA realizou em março de 2016 o pagamento de dividendos remanescentes da competência 2015 no valor de R\$ 55.296.

O valor foi atualizado pela SELIC de 31/12/2015 até 31/03/2016 - data do efetivo pagamento - em conformidade com o Decreto nº. 2.673/98, correspondendo à transferência em espécie do montante de R\$ 57.097.

Assim, o pagamento realizado complementa as antecipações de dividendos e JCP realizadas ao longo do exercício de 2015, no montante de R\$ 2.414.154, para atingimento de 50% do Lucro Líquido Ajustado do período, sendo R\$ 2.469.450 o volume total passível de distribuição para a competência de 2015.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Tributos Correntes	(475.346)	838.893	(529.686)
Tributos Diferidos	1.130.062	699.766	1.585.380
Passivo Fiscal Diferido	1.386.351	155.490	(3.051)
Ativo Fiscal Diferido	(256.289)	544.276	1.588.431
Diferenças Temporárias - constituição / realização	(62.518)	217.704	1.819.360
Prejuízo Fiscal / Base Negativa (1)	(103.839)	226.950	(144.297)
CSLL - MP 2.158-35/01	(89.932)	99.622	(86.632)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	654.716	1.538.659	1.055.694

(1) O saldo de Base Negativa de CSLL foi realizado, na sua totalidade, em 2014.

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Resultado antes dos tributos e participações	322.298	(483.936)	683.235
Encargo IRPJ e CSLL	(145.027)	193.580	(273.288)
Efeitos tributários adições e exclusões	(866.569)	895.157	(780.882)
Juros sobre o capital próprio	264.302	131.800	308.711
Participação em coligadas e controladas	56.361	35.065	75.600
Outros	215.587	(416.709)	140.173
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(475.346)	838.893	(529.686)

(c) Passivo fiscal diferido

Obrigações Fiscais Diferidas - IRPJ/CSLL			
Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Despesa diferida/marcação a mercado	301.333	1.678.516	795.557
Outros	125.187	127.238	139.646
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	426.520	1.805.754	935.203

Obrigações Fiscais Diferidas - PASEP/COFINS			
Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Despesa diferida/marcação a mercado	73.296	220.791	138.427
Outros	1.011	-	31.958
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	74.307	220.791	170.385

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Ativo fiscal diferido

Composição dos Créditos Tributários - IRPJ/CSLL					
Descrição	31/12/2015	Constituição	Reversão	31/03/2016	31/03/2015
Diferenças temporárias:	30.137.155	3.245.572	(3.308.091)	30.074.636	22.832.009
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.891.975	2.146.280	(1.430.424)	19.607.831	14.828.773
Passivos atuariais	3.816.803	178.708	(144.834)	3.850.677	2.307.128
Provisões trabalhistas	1.737.227	133.097	(266)	1.870.058	1.221.890
Provisões cíveis	1.379.550	77.546	(85.823)	1.371.273	1.215.064
Provisões fiscais	57.077	4.353	(15.407)	46.023	53.014
Ajuste a valor de mercado de tít. para negociação	1.634.479	-	(1.389.812)	244.667	788.319
Provisão para desvalorização de bens não de uso	34.106	5.339	(3.583)	35.862	13.953
Outros	2.585.938	700.249	(237.942)	3.048.245	2.403.868
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	1.614.526	-	(193.772)	1.420.754	1.449.101
Prejuízo fiscal a realizar	1.514.904	-	(103.839)	1.411.065	1.411.791
CSLL - MP 2.158-35/01 (1)	99.622	-	(89.933)	9.689	37.310
Total dos créditos com impacto no resultado	31.751.681	3.245.572	(3.501.863)	31.495.390	24.281.110
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis p/ venda	1.465.081	-	(200.379)	1.264.702	636.381
Perdas atuariais CPC 33	2.352.880	-	-	2.352.880	1.337.990
Total dos créditos com impacto no patrim. Líq.	3.817.961	-	(200.379)	3.617.582	1.974.371
Total dos créditos tributários	35.569.642	3.245.572	(3.702.242)	35.112.972	26.255.481
Total dos créditos não constituídos	1.011.134	185.607	-	1.196.741	1.614.006

Composição dos Créditos Tributários - PASEP/COFINS					
Descrição	31/12/2015	Constituição	Reversão	31/03/2016	31/03/2015
Total dos créditos com impacto no resultado	175.011	22.362	(150.231)	47.142	117.267
Ajuste a mercado	175.011	-	(150.231)	24.780	92.679
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	22.362	-	22.362	24.588
Total dos créditos com impacto no patrim. líq.	158.774	-	(21.715)	137.059	77.587
Ajuste a valor de mercado – tít. disp. para venda	158.774	-	(21.715)	137.059	77.587
Total	333.785	22.362	(171.946)	184.201	194.854

(e) Expectativa de realização

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 31/12/2015, atualizados para 31/03/2016, estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL			
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal / CSLL 18%	Diferença Temporal	TOTAL
2016	1.420.754	14.239.757	15.660.511
2017	-	9.102.997	9.102.997
2018	-	1.392.813	1.392.813
2019	-	2.347.048	2.347.048
2020	-	677.669	677.669
2021	-	671.835	671.835
2022 a 2025	-	5.444.300	5.444.300
Total	1.420.754	33.876.419	35.297.173

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre (Nota 3 (t))
Resultado de operação de crédito	22.495.382	22.724.561	19.585.102
Operações compromissadas	6.223.316	5.080.671	4.360.089
Ativos financeiros mantidos para negociação	5.964.907	2.621.572	2.236.994
Ativos financeiros disponíveis para venda	325.123	777.173	343.086
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.229.946	2.143.916	1.879.996
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(4.923.907)	589.697	2.390.090
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	2.604.776	2.657.782	1.970.360
Créditos vinculados ao SFH	602.659	594.787	463.192
Resultado de operações de câmbio	-	-	1.476.813
Outras	355.583	317.205	193.032
Total	35.877.785	37.507.364	34.898.754

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre (Nota 3 (t))
Operações com clientes	(13.980.523)	(14.106.133)	(11.003.636)
Operações com instituições financeiras	(54.311)	(67.501)	(66.448)
Operações compromissadas	(7.464.928)	(6.553.229)	(5.462.988)
TVM no exterior	1.237.018	(305.321)	(2.759.499)
Empréstimos, cessões e repasses	(2.863.490)	(4.399.825)	(4.768.541)
Resultado de operações de câmbio	(735.967)	(438.773)	-
Depósitos especiais e fundos e programas	(455.238)	(457.914)	(315.914)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(3.808.592)	(3.950.796)	(5.027.455)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(2.048.171)	(1.017.299)	(146.597)
Total	(30.174.202)	(31.296.791)	(29.551.078)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

a) Receitas de prestação de serviços

Descrição	2016	2015	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
Tesouro Nacional e administração de fundos sociais	1.681.854	1.862.954	1.562.444
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	1.179.636	1.140.545	1.058.255
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	36.823	36.022	31.552
Programa de Integração Social (PIS)	47.087	31.000	10.250
Loterias Federais	263.516	510.348	267.607
Financiamento Estudantil - (FIES)	116.001	110.414	113.295
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	15.874	6.572	17.051
Repasse Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	10.375	16.783	47.756
Seguro-desemprego	12.176	11.224	15.958
Outros	366	46	720
Rendas de cartões	415.608	417.241	379.871
Operações de crédito e garantias prestadas	447.083	497.235	495.042
Cobrança	183.587	176.254	163.321
Arrecadações	618.122	592.230	591.930
Fundos de investimentos e carteiras administradas	377.085	370.363	345.795
Conta corrente	108.439	102.310	64.210
Programa de Transferência de Renda	103.858	96.902	85.010
Prestados a ligadas - Fundos de Investimentos	9.369	9.331	9.035
Prestados a ligadas	82.948	128.375	139.545
Outros serviços	106.938	176.333	95.834
Total	4.134.891	4.429.528	3.932.037

b) Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	2016	2015	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
Rendas de cartões	152.795	143.038	153.859
Operações de crédito e cadastro	270.955	283.545	240.407
Pacote de serviços	513.788	502.592	403.014
Contas de depósito	135.779	129.720	104.369
Transferência de recursos	56.550	55.055	47.792
Outras	27.946	29.649	4.633
Total	1.157.813	1.143.599	954.074

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Proventos	(3.284.139)	(3.525.471)	(3.151.345)
Salários e proventos	(3.036.735)	(3.197.783)	(2.924.730)
Indenizações trabalhistas	(247.404)	(327.688)	(226.615)
Benefícios	(524.363)	(631.487)	(593.051)
Encargos sociais:	(1.176.896)	(1.266.973)	(1.161.466)
FGTS	(225.113)	(233.608)	(213.580)
Previdência social	(671.461)	(727.983)	(660.164)
Previdência complementar	(215.272)	(219.590)	(223.708)
Outros encargos	(65.050)	(85.792)	(64.014)
Outros	(34.771)	(39.090)	(37.589)
Total	(5.020.169)	(5.463.021)	(4.943.451)

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Comunicações	(150.158)	(131.221)	(130.905)
Manutenção e conservação de bens	(215.212)	(229.265)	(206.000)
Água e energia	(133.136)	(107.836)	(106.368)
Aluguéis e arrendamento de bens	(379.438)	(362.832)	(371.611)
Despesas de material	(35.248)	(32.267)	(57.550)
Processamento de dados	(417.590)	(365.527)	(324.453)
Promoções e relações públicas	(93.591)	(111.783)	(89.665)
Propaganda e publicidade	(53.504)	(152.414)	(62.511)
Serviços do sistema financeiro	(135.818)	(137.201)	(120.178)
Serviços de terceiros	(432.910)	(440.649)	(419.859)
Serviços especializados	(126.059)	(154.629)	(160.562)
Serviços de vigilância e segurança	(180.474)	(210.221)	(198.453)
Amortização	(205.735)	(196.456)	(150.069)
Depreciação	(237.864)	(232.286)	(228.999)
Outras administrativas	(82.283)	(98.942)	(91.687)
Total	(2.879.020)	(2.963.529)	(2.718.870)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre (Nota 3 (t))
Comissões e taxas s/ operações	90.554	80.975	149.632
Comissões e taxas s/ operações - agente financeiro FGTS	724.476	912.794	889.156
Recuperação de despesas	352.548	322.263	317.290
Reversão de outras provisões operacionais	356.530	108.517	485.955
Atualização de depósitos em garantia	236.857	229.091	199.120
Rendas de créditos específicos	24.327	24.428	18.628
Receita de deságio na aquisição de royalties	8.211	6.942	847
Recuperação de despesas - PASEP/COFINS (1)	58	1.835	94.127
Atualização monetária sobre operações diversas	50.915	67.394	122.714
Outras receitas operacionais	162.049	266.205	196.579
Total	2.006.525	2.020.444	2.474.048

(1) Recuperação de despesas com PASEP/COFINS decorrente da inclusão das despesas de juros com IHCD na base de cálculo, Lei nº 12.973/2014;

Nota 27 – Outras despesas operacionais

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre (Nota 3 (t))
FCVS a receber - provisão/perdas	(150.520)	(166.731)	(49.910)
Obrigações com fundos e programas	(255.476)	(175.170)	(244.413)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(152.618)	(85.846)	(197.127)
Despesas com cartão	(342.266)	(259.603)	(338.399)
Despesas com loterias	(50.912)	(57.989)	(56.249)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(505.171)	(521.272)	(582.846)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(116.886)	(113.602)	(128.021)
Serviços automatizados	(89.090)	(96.569)	(75.594)
Alavancagem de negócios	(147.790)	(182.705)	(117.267)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(108.971)	(141.626)	(169.046)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(104.658)	(102.240)	(82.752)
Descontos de operações de crédito	(57.239)	(152.766)	(131.084)
Desp. com operações de fomento – atualização monetária	(2.532)	(158.440)	(6.716)
Desp. Provisões operacionais	(216.838)	(299.244)	(229.898)
Provisão para causas judiciais	(510.552)	(631.901)	(493.054)
Condenações judiciais	(34.627)	(47.840)	(8.162)
Benefícios sociais	(53.835)	(60.960)	(29.842)
Benefício pós-emprego	(545.510)	(480.791)	(369.318)
Ajustes operacionais em operações de crédito	(335.456)	(903.749)	205
Outras	(157.429)	(231.430)	(288.775)
Total	(3.938.376)	(4.870.474)	(3.598.268)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Resultado não operacional

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Receitas não operacionais	136.402	60.593	47.503
Lucro na alienação de valores e bens	21.341	25.673	13.480
Alienação de bens imóveis	15.205	6.463	7.902
Sobras de caixa não reclamadas	13.175	12.039	12.397
Multas e penalidades	5.730	4.231	6.282
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	275	576	128
Recuperação de perdas com fraudes	2.419	2.048	2.994
Ganhos em investimentos permanentes avaliados p/custo	75.243	3	4
Outras rendas não operacionais	3.014	9.560	4.316
Despesas não operacionais	(199.365)	(241.694)	(169.840)
Desvalorização de outros valores e bens	(15.378)	(32.510)	(7.599)
Indenizações por perdas e danos	(60.891)	(74.585)	(42.151)
Perdas em imóveis	(13.639)	(11.559)	(11.482)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(29.798)	(33.838)	(54.805)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(4.654)	(4.895)	(7.859)
Perdas em cartões de crédito	(4.398)	(1.407)	(27.480)
Perdas em investimentos permanentes avaliados p/ custo	(55.911)	(40.843)	(12.598)
Outras despesas não operacionais	(14.696)	(42.057)	(5.866)
Total	(62.963)	(181.101)	(122.337)

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Contribuição COFINS	(615.320)	(705.378)	(519.585)
PIS/PASEP	(103.143)	(112.848)	(84.511)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(147.230)	(156.374)	(142.963)
Despesas com IPTU	(57.443)	(3.935)	(46.336)
Outras	(9.823)	(2.012)	(13.162)
Total	(932.959)	(980.547)	(806.557)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias**Ativos contingentes**

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(a) Risco Provável:

Descrição	31/12/2015	Movimentação em 2016					31/03/2016	31/03/2015
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento		
Fiscais (Nota 18 (b))	167.351	2.849	2.308	1.288	(13.013)	(18.629)	142.154	169.429
INSS (1)	19.215	213	494	61	-	(8.060)	11.923	24.468
ISS	97.665	2.231	1.405	-	(12.159)	(4.911)	84.231	105.277
Outros (1)	50.471	405	409	1.227	(854)	(5.658)	46.000	39.684
Cíveis (Nota 18 (e))	3.030.517	316.889	34.813	227.013	(173.195)	(431.218)	3.004.819	2.793.301
Perdas e danos	752.083	199.584	9.850	14.018	(17.429)	(207.657)	750.449	897.828
Poupança	1.276.724	12.667	1.705	197.219	(154.930)	(125.842)	1.207.543	1.013.792
Loterias	10.239	-	-	-	-	-	10.239	14.938
Crédito imobiliário	105.269	104.633	1.633	15.776	-	(42.812)	184.499	109.233
Contingenciamento do FGTS	886.202	5	21.625	-	(836)	(54.907)	852.089	757.510
Trabalhistas (Nota 18 (e))	3.860.506	169.590	61.685	969.749	(343.438)	(562.407)	4.155.685	3.054.725
Total	7.058.374	489.328	98.806	1.198.050	(529.646)	(1.012.254)	7.302.658	6.017.455

(1) Para melhor evidenciação dos passivos contingentes, na base de 31/12/2015 foi transferido um montante de R\$ 6.556 de "Fiscais – INSS" para "Fiscais – Outros".

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, reposicionados para 31/03/2016, correspondem ao total de R\$ 1.507.379 (31/12/2015 – R\$1.496.712; 31/03/2015 – R\$ 1.469.630), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 11.923 (31/12/2015 – R\$19.215; 31/03/2015 – R\$ 24.468).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo cujo valor total, em 31/03/2016, corresponde ao montante de R\$ 524.606 (31/12/2015 – R\$ 506.743; 31/03/2015 – R\$ 568.064).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, finalizou-se no valor da provisão ora constituída de R\$ 84.231 (31/12/2015 – R\$ 97.665; 31/03/2015 – R\$ 105.277).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais a materialidade do débito de CSLL decorrente de 02 processos de PER/DCOMP não homologados no valor de R\$ 7.873 (31/12/2015 – 7.795; 31/03/2015 – R\$ 7.147), em referência a questões procedimentais sobre compensação de créditos efetivamente constituídos em DCTF, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(ii) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 31/03/2016, constavam 57.110 processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 54.007 “não relevantes” e 3.103 “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31/03/2016, constavam 344.045 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 342.817 “não relevantes” e 1.228 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31/03/2016, foi provisionado R\$ 1.207.541 para estes processos (31/12/2015 – R\$ 1.276.724; 31/03/2015 – R\$ 1.013.792).

Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 31/03/2016, para estes processos foi de R\$ 852.089 (31/12/2015 – R\$ 886.202; 31/03/2015 – R\$ 757.510).

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2015, a CAIXA realizou 49.949 acordos processuais (70% referentes a ações indenizatórias e 30% referentes a recuperações de Crédito) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas; do contrário, poderia inviabilizar a realização de acordos.

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Demandas fiscais	5.669.032	5.631.847	5.561.961
Demandas cíveis	1.865.868	1.454.784	1.362.927
Total	7.534.900	7.086.631	6.924.888

(i) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 5.669.032, em 31/03/2016 (31/12/2015 - R\$ 5.631.847; 31/03/2015 – R\$ 5.561.961), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) O montante de R\$ 84.532, em 31/03/2016 (31/12/2015 – R\$ 82.772; 31/03/2015 - R\$ 77.719), refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.657.839, em 31/03/2016 (31/12/2015 – R\$ 4.621.164; 31/03/2015 – R\$ 4.511.597), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis n.º. 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- c) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 208.935, em 31/03/2016 (31/12/2015 – R\$ 206.921; 31/03/2015 – R\$ 200.902), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;
- d) CSLL, no valor de R\$ 158.316, em 31/03/2016 (31/12/2015 – R\$ 155.923; 31/03/2015 – R\$ 148.840), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e
- e) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 236.090, em 31/03/2016 (31/12/2015 – R\$ 233.211; 31/03/2015 – R\$ 221.523), em 31/03/2016, sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(ii) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

O montante de R\$ 1.865.868 (31/12/2015 - R\$ 1.454.784; 31/03/2015 – R\$ 1.362.927) classificado como probabilidade de perda possível, refere-se a uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH.

(c) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Demandas fiscais	10.191.214	9.997.452	9.407.172
Demandas cíveis	920.005	917.780	714.907
Demandas trabalhistas	2.964.950	2.795.947	2.592.536
Total	14.076.169	13.711.179	12.714.615

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 31 – Partes relacionadas**(a) Entidade Controladora**

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

(b) Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Partes Relacionadas	
Entidade	Relacionamento
União (1)	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR (2)	Controlada Direta
CAIXA Seguridade Participações S.A. (2)	Controlada Direta
CAIXA Seguros Holding S.A. (3)	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Banco PAN S.A.	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Capgemini S.A.	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Elo Serviços S.A.	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

(1) Inclui os fundos e programas sociais e as entidades sob controle comum da União.

(2) As transações realizadas com essa entidade são eliminações quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA, visto que essa entidade é integrante do consolidado.

(3) Entidade constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros que apresenta a seguinte composição: CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A.

(c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas, mencionadas no rodapé do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros.

Com a Capgemini, a CAIXA mantém contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio.

A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.

No curso de suas operações, a CAIXA gera valores a receber de seu Controlador, que, em 31 de março de 2016, totalizavam aproximadamente R\$ 2,8 bilhões. Parte representativa desse montante é constituído por saldos relativos a operações antigas, para os quais a Administração da CAIXA concluiu as tratativas e fechou entendimento com a Secretaria do Tesouro Nacional, cujo processo para o recebimento encontra-se em fase de validação e para os quais existe previsão orçamentária da União para quitação.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	31/03/2016			31/12/2015			31/03/2015		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)
ATIVO:	2.846.037	26.722.022	-	2.697.966	25.190.678	-	4.210.775	17.437.112	-
Aplicações em dep. interfinanceiros	-	10.373.839	-	-	9.691.758	-	-	6.075.007	-
Rendas a receber (2)	1.955.297	896	-	1.830.660	25.299	-	2.521.910	596	-
Operações de crédito	25.838	-	-	26.732	-	-	918.052	-	-
Créditos adquiridos	-	16.347.287	-	-	15.473.621	-	-	11.361.509	-
Outros créditos	864.902	-	-	840.574	-	-	770.813	-	-
PASSIVO:	37.347.315	1.932.890	1.653	37.204.591	1.158.220	1.630	34.798.240	255.656	1.331
Depósitos	402.438	12.469	1.653	244.556	718	1.630	296.360	29.250	1.331
Captações no mercado aberto (3)	-	808.424	-	-	-	-	-	17.508	-
Repasse do país - instituições oficiais (4)	34.858.244	-	-	35.286.937	-	-	33.732.309	-	-
Obrigações por fundos e programas sociais (3)	154.465	-	-	118.650	-	-	50.097	-	-
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento (3)	1.886.389	-	-	1.509.771	-	-	678.298	-	-
Obrigações diversas (5)	45.779	1.111.997	-	44.677	1.157.502	-	41.176	208.898	-

(1) Compõe o grupo de outras entidades: FUNCEF.

(2) Valor do grupo Controladora alterado em decorrência da atualização da especificação. O valor divulgado em 31/03/2015 foi de R\$ 3.543.357.

(3) Valores dos grupos Controladora e Controladas em Conjunto não apresentados em 31/03/2015.

(4) Foi acrescentado em 31/03/2015 no grupo Controladora o valor de R\$ 33.729.756, referente ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), Programa de Integração Social (PIS), Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e Fundo Marinha Mercante (FMM). O valor divulgado em 2015 de R\$ 2.553 referia-se apenas a União.

(5) Foi acrescentado em 31/03/2015 no grupo Controladas em Conjunto o valor de R\$ 146.682, referente ao Banco PAN. O valor divulgado em 2015 de R\$ 62.216 referia-se apenas à Capgemini.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos que compõem o resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	1º trimestre - 2016			4º trimestre - 2015			1º trimestre - 2015		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)
RECEITAS:	34.861	426.623	-	41.381	478.422	-	66.610	321.790	-
Rdas. dep. Interfinanceiros	-	343.932	-	-	290.306	-	-	173.210	-
Rendas prest. Serviços	10.534	82.691	-	16.953	118.265	-	47.982	148.580	-
Rendas de operações de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras rec. Operacionais	24.327	-	-	24.428	69.851	-	18.628	-	-
DESPESAS:	(1.156)	(196.862)	(231.876)	(1.194)	(132.707)	(439.401)	(666)	(94.623)	(239.801)
Despesas de captação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de pessoal (2)	-	-	(215.236)	-	-	(422.627)	-	-	(223.671)
Despesas administrativas - aluguéis	-	-	(16.640)	-	-	(16.774)	-	-	(16.130)
Outras despesas operacionais (3)	(1.156)	(196.862)	-	(1.194)	(132.707)	-	(666)	(94.623)	-

(1) Compõe o grupo de outras entidades: FUNCEF.

(2) Valor do grupo Outras Entidades não apresentados em 31/03/2015.

(3) Foi acrescentado em 31/03/2015 no grupo Controladas em Conjunto o valor de R\$ 40.955, referente ao Banco PAN. O valor divulgado em 2015 de R\$ 53.668 referia-se apenas à Capgemini.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2016	2015	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Benefícios de curto prazo	11.470	8.183	7.288
Proventos	8.348	6.072	5.346
Encargos Sociais	3.122	2.111	1.942

Descrição	31/03/2016 (valores em R\$)		31/12/2015 (valores em R\$)		31/03/2015 (valores em R\$)	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	53.266,87	36.901,00	53.266,87	36.901,00	50.973,08	34.650,00
Salário médio	42.982,42	8.209,76	42.982,42	8.101,39	41.131,50	7.284,31
Menor salário	39.685,01	2.429,00	39.685,01	2.429,00	37.976,08	2.208,00
Benefícios	5.399,39	2.561,35	4.747,86	2.404,27	4.802,93	2.230,30

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 32 – Benefícios a empregados**(a) Composição da provisão para benefícios a empregados**

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas a liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio/cesta alimentação sob responsabilidade da CAIXA.

A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Benefícios de curto prazo	2.946.170	3.020.078	2.873.765
Natureza salarial	2.818.408	2.500.687	2.686.644
Participação dos empregados no lucro	127.762	519.391	187.121
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	16.192.092	15.744.858	12.057.663
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	12.430.322	12.068.398	9.653.231
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.110.353	1.097.455	865.562
Planos de benefícios – Previdência Privada (cálculo atuarial (g.4))	2.651.417	2.579.005	1.538.870
Total	19.138.262	18.764.936	14.931.428

(b) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

(c) Benefícios pós-emprego:

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

No que diz respeito aos levantamentos atuariais, até 31/12/2014, a CAIXA providenciou cálculos atuarias relativos aos benefícios pós-emprego com periodicidade anual. A partir de 2015, esses cálculos passaram a ser realizados semestralmente.

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Em relação aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA, sua administração é realizada pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435, de 15/07/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/>), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A FUNCEF apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resumidamente, o Conselho Deliberativo é órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF e é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios. O Conselho Fiscal, por sua vez, é o órgão de controle interno da fundação. Como órgão de administração, à Diretoria Executiva cabe gerir os recursos, planos e programas, em estrita observância às normas contidas no Estatuto, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios e nas diretrizes e deliberações emanadas do Conselho Deliberativo.

No Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

A Fundação conta ainda com grupos e comissões internos criados com objetivos específicos e instaurados por meio de Portaria da Presidência da FUNCEF (PRESI).

Quantos aos planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação, são diretamente administrados pela CAIXA.

(e) Riscos atuariais

Dentre outros riscos, a CAIXA está exposta ao risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora dos Planos de Previdência administrados pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano) e dos planos Saúde Caixa, auxílio/cesta alimentação e assistidos PREVHAB, sob gestão direta da própria CAIXA.

O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um Fundo de Pensão, com os beneficiários de planos de saúde e de outros benefícios.

O risco atuarial surge, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas, que podem trazer volatilidade aos Planos de Benefícios.

Visando mensurar o risco atuarial decorrente do patrocínio da CAIXA aos Planos de Benefícios concedidos a seus empregados, foi desenvolvida uma metodologia específica, de acordo com as melhores práticas de mercado nacional e internacional. O modelo baseia-se na aplicação de choques às hipóteses e premissas atuariais dos Planos de Benefícios, simulando eventos de estresse. Tendo como base os valores gerados pelo modelo, a CAIXA calcula o capital a ser alocado devido a sua exposição ao risco atuarial, caso seja necessário.

(f) Estratégia de confrontação de ativos/passivos

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792 de 24/09/2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management (ALM)*, que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são gerados 50 fluxos do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Planos de benefícios

A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um dos planos, inclusive os administrados pela FUNCEF:

(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O custeio do Plano Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais.

O beneficiário titular, por sua vez, participa financeiramente com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitado ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a Tabela do PAMS.

Os mais recentes estudos atuariais do valor presente da obrigação de benefício definido foram realizados em 31/12/2015 pela Deloitte Touche Tohmatsu, membro do Instituto Brasileiro de Atuários. O valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 12.430.322 (31/12/2015 – R\$ 12.068.398 – 31/03/2015 – R\$ 9.653.231).

(g.2) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuariais apresentados, relativos ao Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

Os valores mensais do Auxílio Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2015 a agosto de 2016 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 652,08 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2015 a agosto de 2016 é de R\$ 491,52 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

O Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial. No primeiro trimestre de 2016 foram concedidos 22 novos benefícios e em 2015 foram 1.106.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 1.110.353 (31/12/2015 – R\$ 1.097.455 – 31/03/2015 – R\$ 865.562).

(g.3) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto Nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, o Banco Nacional de Habitação –BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economizários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, 66 assistidos permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da Obrigação.

(g.4) Planos de previdência – Previdência complementar**• REG/REPLAN**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade Benefício Definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do Benefício Saldado, calculado e reajustado com base no Índice do Plano, com a desvinculação do Salário de Participação e da concessão e manutenção por Órgão Oficial da Previdência, implicando no cancelamento da Contribuição Normal para este Plano e na adesão no caso do Ativo, a outro Plano de Benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

O REG/REPLAN não saldado assegura aos seus participantes e assistidos os benefícios:

- Suplementações de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Suplementações de Aposentadoria por Invalidez;
- Suplementações de Aposentadoria por Idade;
- Suplementações de Aposentadoria Especial;
- Suplementação de Pensão por Morte;
- Suplementação de Abono Anual;
- Auxílio-Funeral;
- Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

Os benefícios saldados previstos para os participantes e assistidos são os seguintes:

- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão Por Morte;
- Pecúlio Por Morte.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (“Risk Sharing”), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme divulgado pela Fundação dos Economizadores Federais – FUNCEF o Plano de Previdência REG/REPLAN patrocinado pela CAIXA registrou em 2014 seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado.

O plano para equacionamento deste déficit acumulado seguirá a regra aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) em 25 de novembro último e efetivada pela Resolução MPS/CNPc nº 22/2015 publicada no Diário Oficial de 3 de dezembro de 2015.

A CAIXA, conforme regulamento do próprio plano e Lei Complementar nº 108 e 109/2001, deverá arcar paritariamente com os participantes do referido plano o déficit acumulado objeto do plano de equacionamento.

- **REB**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Conforme Ofício Nº 160/2008/GENEP, o Plano de Benefícios REB que estava segregado virtualmente em REB 1998 e REB 2002, foi unificado.

O REB assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Renda Vitalícia por Tempo de Contribuição;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez do Participante Licenciado;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Renda Antecipada;
- Abono Anual; e, Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

- **Novo Plano**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Novo Plano assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte; e,
- Institutos de Autoprocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos ("Risk Sharing"), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

O plano de custeio do NOVO PLANO estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:

Descrição	31/12/2015			31/12/2014		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (Incluindo Dependentes)	93.523	60.939	154.462	98.190	49.789	147.979
Auxílio e cesta alimentação (Aposentados e Pensionistas)	-	15.101	15.101	-	14.421	14.421
Assistidos PREVHAB (Aposentados e Pensionistas)	-	65	65	-	67	67
REG/REPLAN	25.127	38.513	63.640	28.532	34.913	63.445
REB	7.265	705	7.970	7.562	655	8.217
Novo Plano	88.028	4.865	92.893	88.465	3.856	92.321

(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

Em 2014, a empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio Alimentação, Cesta-Alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em Outros Resultados Abrangentes.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Nos planos onde foi observado superávit na posição de 30/12/2015, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição definida, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais.

(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios devem ser definidas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,50% para 2016, 5,00% para 2017, 4,50% para 2018, 4,00% para 2019, 3,50% para 2020, 3,00% para 2021, 2,50% para 2022, 2,00% para 2023 e 1,50% a partir de 2024 inclusive.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios:

Principais premissas adotadas - financeiras e demográficas														
Descrição	Saúde CAIXA (3)		Auxílio e Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN saldado		REG/REPLAN não saldado		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Taxa anual de juros (1)	13,91	12,8	14,22	12,8	14,42	12,77	14,27	12,8	14,2	12,8	14,37	12,79	14,27	12,8
Aumento anual dos salários (projeção)	-	-	-	-	-	-	N/A	N/A	9,03	8,71	10,87	10,99	9,85	8,92
Aumento anual dos benef. (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	6,47	6,19	6,47	6,19	8,41	7,81	6,47	6,19	6,47	6,19
Taxa de inflação média anual	6,47	6,19	6,47	6,19	6,47	6,19	6,47	6,19	6,47	6,19	6,47	6,19	6,47	6,19
Expectativa de retorno dos ativos do plano	-	-	-	-	14,42	12,77	14,27	12,8	14,2	12,8	14,37	12,79	14,27	12,8
Taxa de rotatividade (2)	1,08	Experiência FUNCEF	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015	Experiência FUNCEF Novo Plano 2014
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	N/A	N/A	N/A	N/A	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	H - 55 M - 52	H - 55 M - 52	N/A	N/A	N/A	N/A	H - 53 M - 48	H - 53 M - 48	H - 55 M - 52	H - 55 M - 51	100% - 1ª elegibilidade	100% - 1ª elegibilidade	H - 55 M - 52	H - 55 M - 52

- O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período (6,47%), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
- As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.
- Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,00% para 2016, 4,50% para 2017, 4,00% para 2018, 3,50% para 2019, 3,00% para 2020, 2,50% para 2021, 2,00% para 2022, 1,50% para 2023 e 1,00% a partir de 2024 inclusive.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos:

O valor presente da obrigação atuarial representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como “método de benefícios acumulados” e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
VPOA ¹ no início do exercício	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.146)	(751.678)	(49.944)	(45.520)	(41.801.945)	(40.287.215)	(254.556)	(501.705)	(581.419)	(491.780)
Custo do serviço corrente	(256.951)	(400.434)	-	-	-	-	(83.659)	(3.648)	(2.718)	(1.303)	(20.856)	(37.648)
Custo de juros	(1.291.927)	(728.632)	(122.223)	(84.876)	(5.691)	(5.239)	(5.300.051)	(4.725.790)	(32.052)	(59.913)	(79.020)	(58.521)
Contribuições esperadas de participantes	-	-	-	-	-	-	(30.704)	(17.694)	(181)	(371)	-	(4.483)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:												
Ajuste de experiência	958.037	(796.063)	(309.166)	(143.399)	5.988	(5.974)	(2.927.808)	(715.647)	(48.333)	304.633	(344.869)	(12.588)
Alterações premissas demográficas	(510.781)	296.766	-	(3.903)	-	174	190.595	(465.883)	3.002	(18.928)	17.081	(60.015)
Alterações premissas financeiras	(1.966.788)	(1.793.362)	90.150	30.321	4.143	2.744	4.553.854	2.464.947	37.057	16.458	117.150	73.704
Benefícios pagos pelo plano	346.961	286.531	104.930	92.388	4.388	3.871	2.985.053	1.948.985	20.176	6.573	30.830	9.912
VPOA¹ no final do exercício	(12.068.398)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.147)	(41.116)	(49.944)	(42.414.665)	(41.801.945)	(277.605)	(254.556)	(861.103)	(581.419)

 VPOA¹ - Valor Presente da Obrigação Atuarial

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.5) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido:

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta Alimentação	EX-PREVHAB	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2016	382.541	112.449	4.182	3.297.737	23.651	55.696
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2017	402.893	102.253	4.513	3.144.969	21.853	53.346
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2018	419.898	92.894	4.057	2.959.706	20.175	51.291
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2019	433.384	84.297	3.638	2.782.555	18.614	49.054
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2020 ou posterior	10.429.682	705.562	24.726	30.229.698	193.312	651.716
Total	12.068.398	1.097.455	41.116	42.414.665	277.605	861.103
Duration do passivo atuarial na data base 31/12/2015	27,86 anos	12,82 anos	8,54 anos	Saldado: 11,6 anos Não saldado: 13,3 anos	9,5 anos	11,5 anos

(i.6) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos:

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do valor justo dos ativos dos planos:

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
VJAP ¹ no início do exercício	-	-	-	-	49.944	45.520	39.189.888	41.054.967	263.803	299.895	279.514	271.445
Receitas de juros	-	-	-	-	5.691	5.239	4.768.136	4.820.209	32.355	35.702	39.089	32.574
Rendimentos s/ os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	-	-	-	-	(10.131)	3.056	(3.165.071)	(4.775.300)	(25.838)	(65.609)	24.245	(22.711)
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-	48.022	21.303	568	17	32.425	3.635
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	-	-	-	30.704	17.694	181	371	-	4.483
Benefícios pagos pelo plano	-	-	-	-	(4.388)	(3.871)	(2.985.053)	(1.948.985)	(20.176)	(6.573)	(30.830)	(9.912)
VJAP¹ no final do exercício	-	-	-	-	41.116	49.944	37.886.626	39.189.888	250.893	263.803	344.443	279.514

 VJAP¹ - Valor Justo dos ativos do plano

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.7) Informações patrimoniais dos ativos dos planos:

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN (Saldado)		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Renda Fixa	-	-	-	-	100,00%	100,00%	51,65%	43,74%	53,25%	41,34%	63,48%	50,02%
Renda Variável	-	-	-	-	-	-	23,76%	32,33%	23,94%	32,78%	18,14%	25,18%
Investimentos Estruturados	-	-	-	-	-	-	9,31%	10,17%	7,89%	10,35%	6,78%	12,50%
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	-	-	11,99%	10,79%	4,54%	4,65%	0,73%	0,80%
Operações com Participantes	-	-	-	-	-	-	3,27%	2,95%	10,37%	10,87%	10,87%	11,51%
Outros Investimentos	-	-	-	-	-	-	0,02%	0,03%	0,01%	0,01%	-	-
Total	-	-	-	-	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(i.8) Instrumentos de própria emissão mantidos como ativos dos planos e imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA:

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta Alimentação	EX-PREVHAB	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Caderneta de Poupança - Carteira Própria	-	-	-	722	9	4
Fundos de Investimentos - Carteira Própria	-	-	-	617.506	34.033	329.279
Imóveis - Locados à CAIXA	-	-	-	684.197	8.185	7.206
Total	-	-	-	1.302.425	42.227	336.489

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.9) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente a obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
VPOA ¹ no final do período	(12.068.398)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.147)	(41.116)	(49.944)	(42.414.665)	(41.801.945)	(277.605)	(254.556)	(861.104)	(581.419)
VJAP ² no final do período	-	-	-	-	41.116	49.944	37.886.626	39.189.888	250.893	263.803	344.443	279.514
Superávit/ (déficit) do plano	(12.068.398)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.147)	-	-	(4.528.038)	(2.612.057)	(26.712)	9.247	(516.661)	(301.905)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial ³	-	-	-	-	-	-	2.307.318	1.306.028	13.356	-	258.331	150.952
Efeito do teto do Ativo ⁴	-	-	-	-	-	-	(86.598)	-	-	(9.247)	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	(12.068.398)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.147)	-	-	(2.307.318)	(1.306.029)	(13.356)	-	(258.331)	(150.953)

 VPOA¹ - Valor Presente da obrigação atuarial

 VJAP² - Valor Justo dos ativos do plano

(3) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela Caixa.

(4) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pela Caixa.

(i.10) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.146)	(751.678)	-	-	(1.306.029)	-	-	(100.905)	(150.953)	(110.167)
Custo do serviço	(256.951)	(400.434)	-	-	-	-	(83.659)	(3.648)	(2.718)	(1.303)	(20.856)	(37.648)
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(1.291.927)	(728.631)	(122.223)	(84.876)	-	-	(265.957)	-	(145)	(12.105)	(19.966)	(12.974)
Contribuições da empresa	-	-	-	-	-	-	48.022	21.303	568	17	32.425	3.635
Benefícios pagos diretamente pela empresa	346.961	286.531	104.930	92.388	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.519.531)	(2.292.660)	(219.016)	(116.981)	-	-	(699.695)	(1.323.684)	(11.061)	114.296	(98.981)	6.201
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(12.068.397)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.147)	-	-	(2.307.318)	(1.306.029)	(13.356)	-	(258.331)	(150.953)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.11) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados:

(Despesa) / Receita esperadas – CPC 33 (R1)										
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio e Cesta Alimentação		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	Exercício		Exercício		Exercício		Exercício		Exercício	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Custo do serviço corrente líquido	(178.710)	(256.951)	-	-	8.545	(83.659)	(1.382)	(2.718)	(16.599)	(18.198)
Custo de juros líquidos	(1.651.529)	(1.291.927)	(164.042)	(115.421)	(329.120)	(265.957)	(1.712)	(145)	(35.639)	(19.197)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(1.830.239)	(1.548.878)	(164.042)	(115.421)	(320.575)	(349.616)	(3.094)	(2.863)	(52.238)	(37.396)

Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)										
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio e Cesta Alimentação		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	Exercício		Exercício		Exercício		Exercício		Exercício	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA) – Benefício definido	382.541	297.370	112.449	81.763	51.130	22.622	605	18	34.523	3.860
Contribuição definida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos pagamentos esperados para o plano	382.541	297.370	112.449	81.763	51.130	22.622	605	18	34.523	3.860

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.12) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		31/12/2015
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(1.717.852)	(1.584.509)	(1.621.978)	(1.682.356)	N/A	N/A	(1.932.078)	(1.426.904)	(1.291.927)
Valor presente das obrigações	(12.563.127)	(11.569.948)	(11.649.870)	(12.511.603)	N/A	N/A	(14.085.998)	(10.452.989)	(12.068.398)
Auxílio e Cesta Alimentação									
Custo dos juros	(160.838)	(167.192)	(164.306)	(163.773)	N/A	N/A	N/A	N/A	(122.223)
Valor presente das obrigações	(1.074.924)	(1.119.608)	(1.079.347)	(1.116.182)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.097.455)
EX-PREVHAB									
Custo dos juros	(5.384)	(5.900)	(5.613)	(5.643)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.691)
Valor presente das obrigações	(39.415)	(42.995)	(40.344)	(41.904)	N/A	N/A	N/A	N/A	(41.116)
REG/REPLAN saldado									
Custo dos serviços	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	(64.850)
Custo dos juros	(5.039.635)	(5.518.188)	(5.219.270)	(5.313.643)	N/A	N/A	N/A	N/A	(245.623)
Valor presente das obrigações	(36.919.660)	(40.273.217)	(37.548.754)	(39.503.816)	N/A	N/A	N/A	N/A	(38.512.812)
REG/REPLAN não saldado									
Custo dos serviços	(9.523)	(7.464)	(4.611)	(7.845)	N/A	N/A	N/A	N/A	(18.808)
Custo dos juros	(303.465)	(351.711)	(315.969)	(336.737)	N/A	N/A	N/A	N/A	(20.334)
Valor presente das obrigações	(3.740.445)	(4.080.205)	(3.790.006)	(4.017.255)	N/A	N/A	N/A	N/A	(3.901.852)
REB									
Custo dos serviços	(510)	(1.468)	(672)	(1.422)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.718)
Custo dos juros	(36.542)	(40.016)	(38.024)	(38.351)	N/A	N/A	N/A	N/A	(145)
Valor presente das obrigações	(266.121)	(290.294)	(271.905)	(283.436)	N/A	N/A	N/A	N/A	(277.605)
NOVO PLANO									
Custo dos serviços	(15.908)	(17.363)	(8.092)	(17.026)	N/A	N/A	N/A	N/A	(20.856)
Custo dos juros	(116.086)	(126.786)	(120.188)	(122.125)	N/A	N/A	N/A	N/A	(19.965)
Valor presente das obrigações	(900.465)	(900.465)	(839.732)	(883.068)	N/A	N/A	N/A	N/A	(861.104)

CCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		31/12/2014
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(1.137.524)	(1.216.680)	(1.157.980)	(1.196.800)	N/A	N/A	(1.374.507)	(1.018.301)	(1.176.940)
Valor presente das obrigações	(9.038.904)	(9.657.543)	(9.025.337)	(9.688.565)	N/A	N/A	(10.891.021)	(8.107.124)	(9.346.949)
Auxílio e Cesta Alimentação									
Custo dos juros	(112.970)	(117.843)	(113.454)	(117.463)	N/A	N/A	N/A	N/A	(115.421)
Valor presente das obrigações	(841.986)	(880.072)	(845.775)	(887.104)	N/A	N/A	N/A	N/A	(861.147)
Assistidos PREVHAB									
Custo dos juros	(5.994)	(6.220)	(6.084)	(6.082)	N/A	N/A	N/A	N/A	(6.083)
Valor presente das obrigações	(48.858)	(51.011)	(49.028)	(50.887)	N/A	N/A	N/A	N/A	(49.944)
REG/REPLAN									
Custo dos serviços	(135.157)	(149.817)	(142.830)	(154.449)	N/A	N/A	N/A	N/A	(148.509)
Custo dos juros	(4.958.412)	(5.238.125)	(5.145.032)	(5.202.394)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.713.498)
Valor presente das obrigações	(40.120.702)	(42.304.217)	(40.806.998)	(42.835.229)	N/A	N/A	N/A	N/A	(41.801.945)
REB									
Custo dos serviços	(2.728)	(2.170)	(2.270)	(2.610)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.434)
Custo dos juros	(31.469)	(31.272)	(24.019)	(31.626)	N/A	N/A	N/A	N/A	(31.342)
Valor presente das obrigações	(255.573)	(253.985)	(190.829)	(261.710)	N/A	N/A	N/A	N/A	(254.556)
NOVO PLANO									
Custo dos serviços	(20.078)	(16.508)	(17.117)	(19.360)	N/A	N/A	N/A	N/A	(18.199)
Custo dos juros	(75.999)	(69.590)	(72.776)	(75.533)	N/A	N/A	N/A	N/A	(72.631)
Valor presente das obrigações	(607.996)	(557.368)	(559.920)	(604.128)	N/A	N/A	N/A	N/A	(581.419)

HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de benefício definido:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
REG/REPLAN	21.528	18.130
Total	21.528	18.130

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Causas judiciais	3.390	3.780
Total	3.390	3.780

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA, Governança Corporativa.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gestão de Capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o processo interno de avaliação da adequação de capital (Icaap) encontram-se implementados na CAIXA, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, e Circular BACEN nº 3.547/11.

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, conforme princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a Diretoria e para o Conselho de Administração; e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Por meio desse gerenciamento a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração, e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o consumo de capital.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar:

Cálculo da exigência de capital regulamentar			
Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Patrimônio de Referência – PR	75.440.877	78.962.391	77.695.820
Nível I	52.714.616	55.537.056	58.093.653
Capital Principal – CP	52.714.616	55.537.056	58.093.653
Patrimônio Líquido (2)	26.868.149	26.616.877	26.470.512
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	36.086.566	36.086.566	35.867.958
Excesso ao limite estabelecido no art. 25 da Resolução CMN nº 4.192/2013	(1.591.125)	(1.646.635)	-
Ajustes prudenciais	(8.648.974)	(5.519.752)	(4.244.817)
Capital Complementar – CC	-	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	-	-
Nível II	22.726.261	23.425.335	19.602.167
Instrumentos de dívida subordinada	21.963.409	21.850.246	18.532.690
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 20%)	-	(722.282)	(840.273)
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 40%)	(1.364.005)	-	-
Notas subordinadas	1.830.258	2.014.328	1.651.923
Letras financeiras	307.904	293.957	261.631
Letras financeiras (dedução 20%)	(2.541)	(2.453)	(3.804)
Letras financeiras (dedução 40%)	(8.764)	(8.461)	-
Ativos ponderados pelo risco – RWA	550.876.410	547.136.671	532.995.219
Risco de crédito - RWA _{CPAD}	504.898.890	504.257.301	496.431.889
Risco de mercado – carteira de negociação - RWA _{MPAD}	1.821.178	2.529.614	2.970.090
Taxa de juros – RWA _{JUR}	1.688.724	1.715.595	1.740.350
Commodities – RWA _{COM}	-	-	-
Ações – RWA _{ACS}	-	-	-
Câmbio – RWA _{CAM}	132.454	814.019	1.229.740
Risco operacional - RWA _{OPAD}	44.156.342	40.349.756	33.593.240
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (RWA*Fator F) - PRMR	54.399.046	60.185.033	58.629.474
Risco de mercado – carteira de não negociação - R_{BAN}	8.864.665	8.226.904	7.978.523
Margem de capital (PR - PRMR - R_{BAN})	12.177.166	10.550.454	11.087.823
Índice de capital principal (CP / RWA)	9,57%	10,15%	10,90%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	9,57%	10,15%	10,90%
Índice de Basileia (PR / RWA)	13,69%	14,43%	14,58%
Fator F (Resolução CMN nº 4.193/2013)	9,875%	11,0%	11,0%

(1) Conforme as Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193/13, a partir de janeiro de 2015, o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial.

(2) Patrimônio Líquido descontado dos Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros. Permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

As exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behavior Scoring – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – Exponentially Weighted Moving Average, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade ⁽¹⁾			
Fatores de Risco	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
PRE	15.764	23.523	18.874
Cupom IPCA	(137)	12.285	325
Cupom SELIC	123	(1)	(11)
Cupom TR	-	1	1
VaR com ED	15.750	35.808	19.189

(1) Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A estimação do PR compatível com o risco de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros é realizada por meio da metodologia EVE – Economic Value of Equity, em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.365/07 e os princípios do Acordo de Basiléia. O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

São realizados testes de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007. Adicionalmente, realiza-se análises de sensibilidade, que permitem verificar a variação no valor da carteira banking a partir da aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, simulando a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos Financeiros – Valor de mercado

Descrição	Valor Contábil			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber		
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVOS									
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.356.400	10.376.648	6.802.935	11.356.854	10.376.993	6.803.094	454	345	159
Aplicações em operações compromissadas	178.894.538	143.111.942	98.777.607	178.894.538	143.111.942	98.777.607	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	177.122.271	177.087.448	170.207.727	175.766.890	173.244.049	169.416.083	(1.355.381)	(3.843.399)	(791.644)
Títulos para negociação	100.963.593	98.480.310	104.214.042	100.963.593	98.480.310	104.214.042	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	15.374.157	14.394.931	15.863.938	15.374.157	14.394.931	15.863.938	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	60.784.521	64.212.207	50.129.747	59.429.140	60.368.808	49.338.103	(1.355.381)	(3.843.399)	(791.644)
Operações de crédito, arrendam. mercantil e outros créditos	667.089.670	662.119.119	614.009.876	635.470.655	588.297.509	588.065.255	(31.619.015)	(73.821.610)	(25.944.621)
Comercial	198.318.046	199.664.957	192.626.619	214.460.907	213.447.169	208.123.304	16.142.861	13.782.212	15.496.685
Habitação	388.941.297	384.175.883	354.228.843	352.837.558	317.248.681	324.238.871	(36.103.739)	(66.927.202)	(29.989.972)
Infraestrutura/desenvolvimento	72.880.609	70.658.301	59.904.912	61.222.472	49.981.681	48.453.578	(11.658.137)	(20.676.620)	(11.451.334)
Outros créditos	6.949.718	7.619.978	7.249.502	6.949.718	7.619.978	7.249.502	-	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVOS									
Captações de recursos	276.018.655	276.941.479	247.115.619	285.413.026	281.422.870	246.208.754	9.394.371	4.481.391	(906.865)
CDB/RDB	110.982.971	107.551.120	93.527.028	112.280.313	108.017.121	93.792.503	1.297.342	466.001	265.475
LCI LH	150.423.115	153.687.415	140.414.913	157.863.094	156.956.988	138.584.525	7.439.979	3.269.573	(1.830.388)
Obrigações por TVM no exterior	14.612.569	15.702.944	13.173.678	15.269.619	16.448.761	13.831.726	657.050	745.817	658.048
Captação em operações compromissadas	244.405.161	194.364.507	161.681.989	244.102.452	194.364.365	162.534.289	(302.709)	(142)	852.300
Obrigações por empréstimos e repasses e outras	216.610.097	217.538.099	188.813.723	147.239.246	140.358.592	135.240.664	(69.370.851)	(77.179.507)	(53.573.059)
Exterior	7.351.433	14.337.557	9.344.936	7.495.795	14.382.740	9.266.883	144.362	45.183	(78.053)
Tesouro	45.779	44.677	41.176	47.272	46.530	42.830	1.493	1.853	1.654
FGTS (1)	178.571.809	172.210.084	149.255.332	122.036.397	108.847.521	108.699.660	(56.535.412)	(63.362.563)	(40.555.672)
BNDDES	29.567.208	29.823.211	29.102.196	16.784.176	16.229.536	16.382.926	(12.783.032)	(13.593.675)	(12.719.270)
Depósitos não remunerados	1.073.868	1.122.570	1.070.083	875.606	852.265	848.365	(198.262)	(270.305)	(221.718)
Instrumento híbrido de capital e dívida	24.031.633	24.118.920	20.451.374	15.510.705	14.500.124	14.991.400	(8.520.928)	(9.618.796)	(5.459.974)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;
- Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 31/03/2016 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(281.606)	(6.651.196)	(12.560.984)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(18.243)	(449.937)	(875.561)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(178.981)	(3.965.061)	(7.025.602)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(998)	(25.525)	(52.649)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I - A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar, monitorar, controlar e reportar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional. Na CAIXA este processo está embasado em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional, formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo segregado de auditoria;
- Processo de gerenciamento de Risco Operacional, composto pelas etapas de Identificação, Avaliação, Controle/Mitigação, Monitoramento e Reporte. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos; e
- Divulgação de informações de Risco Operacional, definida segundo o objetivo e público alvo.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

Em atenção aos critérios contidos na Circular BACEN nº 3640/2013 para fins de cálculo do capital requerido para risco operacional pelo método padronizado (RWAopad), foi desenvolvida uma ferramenta para realizar cálculo integrando as três abordagens previstas:

- Abordagem do Indicador Básico – BIA;
- Abordagem Padronizada Alternativa – ASA; e
- Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada - ASA2.

A CAIXA adota a abordagem ASA em virtude desta metodologia conferir caráter mais granular à utilização do resultado bruto que as demais e, por conseguinte, apresenta-se mais sensível à exposição ao risco operacional.

Modelos Internos

As abordagens avançadas de alocação de capital para risco operacional envolvem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle e, como resultado, espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (internas e/ou externas), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros, para mitigar a exposição ao risco operacional. O modelo interno, conhecido por esta terminologia por necessitar de várias informações da própria instituição, requer maior número de variáveis a serem agregadas ao cálculo da parcela relativa ao risco operacional, dos ativos ponderados pelo risco, resultando em um valor mais preciso de capital regulamentar a ser alocado.

O modelo requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Dados internos de perdas operacionais – a base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Dados externos de perdas operacionais – a base de dados externos auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos - Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão e direcionar a elaboração de ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

Para o controle operacional de produtos e serviços é utilizada ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

Visando a redução de riscos e a melhoria de controles, são elaboradas ações de mitigação do risco operacional, que representam medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão, e para se obter um melhor monitoramento, essas ações são registradas em sistema corporativo.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte do gerenciamento de risco operacional e sua atuação se dá por meio do Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

Gestão da Segurança da Informação

A gestão de Segurança da Informação é um elemento importante na estrutura da CAIXA, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da instituição.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é um componente da Gestão de Continuidade dos Negócios, que busca gerenciar de forma efetiva eventos de impacto significativo que abalem um ou mais pilares: pessoas, negócios, infraestrutura, informações, TI e fornecedores. Esta gestão envolve ações de preparação, identificação, resposta, resolução e, ao final, a observação das lições aprendidas, o chamado pós- crise.

NA CAIXA, o gerenciamento de crise está estruturado num modelo que contempla premissas, responsabilidades e formas de atuação, estas, sempre coordenadas por um Grupo de Gestão.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade do gerenciamento dessa categoria de risco na instituição.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Disseminação de Cultura de Risco Operacional

Estão disponíveis na Universidade CAIXA dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, existem manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 34 – Outras informações**(a) Patrimônios líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:**

PL de Fundos/Programas Sociais administrados			
Descrição	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
PIS (3)	29.590.545	29.196.805	28.832.822
FGTS (2)	96.768.703	94.024.286	81.280.145
FAR (1)	37.779.107	37.916.332	33.491.061
FDS (2)	1.198.693	1.187.745	1.146.576
FGS (3)	727.821	799.085	299.993
FGHAB (3)	1.954.350	1.705.304	1.878.333
FGCN (1)	3.332	4.421.909	4.514.472
Outros	28.294	28.284	97.452
Total	168.050.845	169.279.750	151.540.854
FCVS (1)	(104.344.231)	(98.282.812)	(98.476.861)

(1) Posição de janeiro/2016

(2) Posição de fevereiro/2016

(3) Posição de março/2016

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (31/12/2015 - R\$ 69.554 e 31/03/2015 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação do risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 20.010.

(d) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 220.749 (31/12/2015 – R\$ 217.539 e 31/03/2015 – R\$ 211.587).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 35 – Eventos subsequentes

O plano para equacionamento dos déficits acumulados no REG/REPLAN – Modalidade Saldado mencionado na Nota 32 (g.4) foi apresentado pela FUNCEF e aprovado pela Administração da CAIXA.

O montante a ser aportado pela CAIXA, atualizado para a data base de 31/12/2015, resulta em R\$ 1.132.946 sendo que o prazo de amortização totaliza 17,4 anos ou 208 meses, em conformidade com a Resolução MTPS/CGPC nº 18/2006 alterada pela MPS/CNPC nº 22/2015.

Ressalta-se que, durante a consecução do plano de equacionamento, competirá à FUNCEF a realização de estudos para atestar continuamente a adequação dos fluxos anuais de receitas, despesas e patrimônio de cobertura, inclusive para comprovar que os resultados propostos estão sendo efetivados, cabendo, em caso de eventual déficit ou superávit, adequação com a apresentação de propositura a CAIXA, inclusive para amortização antecipada do equacionamento.

É importante destacar que a CAIXA, em cumprimento às determinações do Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a empregados realiza, semestralmente, por meio de empresa contratada especializada, avaliação atuarial dos planos de benefícios em que figura como patrocinadora, com o objetivo de levantar previamente eventuais déficits ou superávits atuariais.

Especificamente em relação ao plano REG/REPLAN – Modalidade Saldado, em função das disposições do referido Pronunciamento, a CAIXA mantém provisionado o montante de R\$ 2.307.318 (posição 31/12/2015), para fazer face ao déficit atuarial levantado para o referido plano.

Dessa forma, em detrimento do fato de haver perspectiva de elevação de despesas correntes (contribuições extraordinárias a FUNCEF), o montante de provisão atuarial previamente constituído pela CAIXA, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 33, é suficiente para suportar a necessidade de desembolsos futuros relacionados ao plano de equacionamento do déficit técnico levantado pela FUNCEF.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Miriam Aparecida Belchior
Presidenta

Antônio Carlos Ferreira
Vice-presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Fabio Soares da Silva
Vice-presidente em exercício
Portaria nº 532/2016

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

Jose Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

Lucas José Palomero
Vice-presidente em exercício
Portaria nº 686/2016

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto
Vice-presidente

Nelson Antônio de Souza
Vice-presidente

Paulo José Galli
Vice-presidente

Marcos Brasileiro Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Aos Administradores e Acionista da
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas (“CAIXA” ou “Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN na elaboração de demonstrações contábeis intermediárias. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 7(b) às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias, que descreve que, em 31 de março de 2016, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 26.761 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 11.655 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 2.882 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 17.988 milhões, em 31 de março de 2016, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 20 (d) às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias, que descreve que, em 31 de março de 2016, a CAIXA possui R\$ 36.494 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, deduzidos de provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 1.197 milhões. O valor líquido de R\$ 35.297 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 31 de março de 2016, a controlada em conjunto Banco Pan S.A., a qual é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 3.135 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em 31 de dezembro de 2015, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Pan S.A. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Não apresentação das demonstrações contábeis individuais intermediárias da controladora

Conforme mencionado na nota explicativa 2(a), a partir de 31 de março de 2015 a Administração da CAIXA optou por deixar de apresentar as demonstrações contábeis individuais intermediárias da controladora, passando a apresentar apenas as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias da CAIXA e de suas controladas. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 2(d), em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, a Administração da CAIXA adotou ações investigativas, com o

Relatório dos Auditores Independentes

propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados e administradores relacionados a essa alegação. Essas ações já foram concluídas, incluindo o processo de investigação interno. Entretanto, como a operação “A Origem” ainda encontra-se em andamento, neste momento não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias da CAIXA. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota 3(t) às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias, que descreve que, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela CAIXA, os valores correspondentes referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração consolidada do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da CAIXA, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela CAIXA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 05 de maio de 2016

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172167/O-6